

**CADERNO PEDAGÓGICO IV**

# **PRÁTICAS DE INCUBAÇÃO**



# **SOLIDÁRIA**

**Volume IV - Nº 1 - 2016**  
**SÉRIE SOCIEDADE SOLIDÁRIA**



***Caderno Pedagógico IV***

***PRÁTICAS DE INCUBAÇÃO SOLIDÁRIA***  
***Volume 04, Número 01 – 2016***

***Série Sociedade Solidária***

Editor: Maria do Socorro de Sousa Araújo  
Organização: Laudemir Luiz Zart  
Revisão: Rosane Saete Freitag  
Diagramação: Douglas Milton da Silva Oliveira  
Capa: Desenho de Laelson Santos da Silveira.  
Design Gráfico: Luan Benedito Oliveira da Silva,  
Janbor Alencar Borges,  
Evelyn Oliveira Cardoso Santos.

**Copyright@2013/Unemat Editora  
Impresso no Brasil**

**Conselho Editorial:** Maria do Socorro de Sousa Araújo (Presidente)  
Ariel Lopes Torres  
Luiz Carlos Chieregatto  
Mayra Aparecida Cortes  
Neuza Benedita da Silva Zattar  
Sandra Mara Alves Silva Neves  
Severino de Paiva Sobrinho  
Tales Nereu Bogoni  
Roberto Vasconcelos Pinheiro  
José Ricardo Menacho Tramarin de Oliveira Carvalho  
Roberto Tikao Tsukamoto Júnior  
Gustavo Laet Rodrigues

**CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**

Caderno Pedagógico: práticas de incubação solidária / Unemat. -  
Vol. 4, n. 1 (2016) - . - Cáceres: Unemat Editora, 2016.

V. 4, n. 1; 34p.

ISSN 2236-2509

1. Educação. 2. Socioeconomia. 3. Zart, Laudemir Luiz (org.).  
I. Título. II. Título: práticas de incubação solidária.

CDU 37.018.51

Ficha Catalográfica elaborada pelo bibliotecário Luiz Kenji Umeno Alencar - CRB1 2037

**UNEMAT**  
Universidade do Estado de Mato Grosso



**Unemat Editora**  
Avenida Tancredo Neves nº 1095 - Cavallhada  
Fone/fax: (0xx65) 3221-0077  
Cáceres-MT – 78200-000 - Brasil  
E-mail: editora@unemat.br

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou de qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 5610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

# ÍNDICE

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	06
<b>1 PRESSUPOSTOS DA INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS</b> Clovis Vailant e Dilma Lourença da Costa .....	07
<b>2 INCUBAÇÃO SOLIDÁRIA COMO PROCESSO DE EDUCAÇÃO POPULAR</b> Laudemir Luiz Zart e Loriege Pessoa Bitencourt .....	09
<b>3 ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL COMO PROCESSO DE CONCRETIZAÇÃO DE DEMANDAS SOCIAIS</b> Laudemir Luiz Zart, Luan Felipe Bitencourt Zart e Lucas Blendo de Souza Gomes .....	12
<b>4 DIAGNÓSTICO NO PROCESSO DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS</b> Laudemir Luiz Zart, Rosiléia Aparecida Coelho e Leila Aparecida Bispo da Cunha Santos .....	15
<b>5 FORMAÇÃO NO PROCESSO DE INCUBAÇÃO: AUTONOMIA, AUTO-ORGANIZAÇÃO E AUTOGESTÃO.</b> Eliane dos Santos Martinez Paezano, Marcia Aparecida de Barros da Cruz e Maria Vanise Barbosa .....	17
<b>6 FORMAÇÃO POLÍTICA E TÉCNICA NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS</b> Jucilene de Oliveira Martins, Cristiane Ribeiro Gonçalves e Vera Lúcia Alves da Silva .....	19
<b>7 PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO: AÇÃO ESTRATÉGICA</b> Douglas Alexandre de Campos Castrillon Junior, Mateus Casemiro da Silva e Luan Benedito Oliveira da Silva .....	21
<b>8 PARÂMETROS DE LEGALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS</b> Maria José Dantas Souza, Evelyn Oliveira Cardoso Santos e Talia Maria da Silva. ....	23
<b>9 ESTUDO DE MERCADO, LOGÍSTICA E MARKETING SOCIETAL EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E SUSTENTÁVES</b> Douglas Alexandre de Campos Castrillon Junior, Hemily Lohainy de Souza Correia e Janbor Alencar Borges .....	25
<b>10 PROCESSOS DE ELABORAÇÃO DE PREÇO DE VENDAS E TÉCNICAS DE VENDAS</b> Janbor Alencar Borges, Lizandra Ozeia de Oliveira, Evelyn Oliveira Cardoso Santos e Thiago Wanderson Santana Zorzan .....	27
<b>11 INCUBAÇÃO SOLIDÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS: DIMENSÕES DE VIABILIDADE</b> Laudemir Luiz Zart .....	31
<b>SOBRE OS AUTORES</b> .....	33

# APRESENTAÇÃO

**Prof. Dr. Laudemir Luiz Zart**

Este é o quarto caderno pedagógico. A partir das atividades do Núcleo Unemat-Unitrabalho e da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBEESS) criamos a estratégia de socialização de conhecimentos expressos em pequenos textos. A ideia principal é poder realizar a educação e a formação com os grupos sociais populares que são a referência nos processos de incubação solidária.

Este Caderno Pedagógico tem como base as práticas sociais e as reflexões teóricas desenvolvidas na INCUBEESS. Estamos inseridos no movimento mais amplo de políticas públicas como o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) reorganizado com decreto nº 7.357 de 17 de novembro de 2010, gestada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Além da afirmação das políticas públicas o processo de incubação solidária é herdeiro das articulações dos movimentos sociais e da confluência das proposições e das ações do movimento da economia solidária.

A incubação solidária é um mergulho no “Brasil profundo”, é a responsabilidade política e epistemológica com os grupos sociais à margem de possibilidades de formação, de trabalho, de renda e de desenvolvimento. As metodologias são participativas, as proposições e ações compartilhadas. As aprendizagens dialógicas são provocativas de possibilidades geradoras de respostas à problemas e questões econômicas e ecológicas que configuram a existência dos grupos sociais.

Empregamos neste Caderno Pedagógico o conceito de incubação solidária para afirmar a identidade com a educação popular, com a mobilização e a organização política, com os processos participativos e co-criativos, com o reconhecimento das culturas, com o trabalho associado, com a agroecologia e a sustentabilidade.

O processo da incubação solidária abrange uma complexidade de instituições, grupos sociais e de atividades. O desenho organizacional para a viabilidade de formação, planejamento e desenvolvimento econômico decorre da articulação e da concertação de interesses, vontades de pessoas e de instituições.

A incubação solidária se coloca em espaços e tempos de contracultura, ao tempo que estuda mercados, enfrenta a cultura da competição e da concorrência para fertilizar a cultura da cooperação e da colaboração.

Aprendemos que a organização econômica se coloca e se realiza em contextos de conflitos e de contradições, e, a partir destes devem ser gerados e desenvolvidos relações de diálogos e de consensos que possibilitam e potencializam as condições dos grupos sociais populares.

A publicação deste Caderno Pedagógico integra o conjunto de ações relativas à chamada n.º 89/2013 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) através da Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social (SECIS); do Ministério do Trabalho e Previdência Sociais (MTPS) através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) com a execução e acompanhamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Neste edital a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) através do Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO e neste a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBEESS) aprovou na Linha A: Apoio ao fortalecimento de incubadoras tecnológicas de economia solidária, o projeto denominado de Incubação e Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis do Pantanal e Baixada Cuiabana.

# PRESSUPOSTOS DA INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Clovis Vailant  
Dilma Lourença da Costa

No trabalho desenvolvido desde 2004 na Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBEES) da UNEMAT, vinculada ao Núcleo UNEMAT–UNITRABALHO com sede em Cáceres, no Campus Universitário Jane Vanini, sempre buscamos compreender e explicar os conceitos e denominações a partir do nosso trabalho com os grupos e as comunidades, debatendo o que íamos fazer e debatendo de novo depois de feito. Falar dos pressupostos da incubação é exatamente dizer das reflexões realizadas neste coletivo da INCUBEES e nos coletivos dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), ou seja, nas associações, grupos informais, cooperativas e outros com quem compartilhamos este trabalho. Um dos primeiros debates sempre foi em torno do próprio termo incubação. Uma incubadora sempre traz a ideia de um conjunto de cuidados e controle de fatores para fazer nascer de algo que é apenas uma promessa, mas possa se transformar em realidade e que seja muito boa e tenha vida própria. É assim numa incubadora de ovos por exemplo: o ovo é a possibilidade de um filhote de ave, um pinto ou uma codorninha, e, a partir do controle do calor, da umidade e garantindo a constância, o ovo eclode em filhote. Há então a substituição do processo natural do chocar da galinha ou codorna, por um artificial feito por uma máquina.

O que realizamos em parceria com os coletivos dos EES (associações, grupos informais, cooperativas e outros) não é isso, nessa incubação na máquina o futuro filhote, aquele que vai nascer não faz nada, ele fica apenas esperando o momento. Não muda nada, é sempre a mesma temperatura, a mesma iluminação, tudo sempre igual. No trabalho que fazemos não, cada comunidade, cada grupo é diferente do outro e exige ações diferentes, cursos diferentes.

Então por quê usamos o nome incubação? O movimento de economia solidária lutou muito para construir uma política nacional a partir do nome incubação – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), mas sempre preferimos nos referir ao que fazíamos como uma parceria de construção coletiva de conhecimentos e de organização de atividades econômicas de grupos sociais para enfrentar o mercado com novas posturas de produção, comercialização e de consumo.

Então com estes nomes e conceituações de: processo, parceria, construção coletiva, conhecimentos, organização e atividades econômicas elaboramos um conjunto de pressupostos/princípios de atuação, são orientações as quais devemos estar atentos sempre para que nosso trabalho conjunto alcance bons resultados.

Temos um texto que explora de maneira mais elaborada estes pressupostos, publicado por VAILANT, COSTA e COSTA (2006) que é nossa referência, embora precisa de uma atualização para incorporar as novas experiências. Neste texto, sistematizamos os pressupostos como itens de uma metodologia e aqui vamos tratá-los como princípios do fazer/realizar parcerias entre dois coletivos, um formado por representantes da academia e outro por componentes dos grupos sociais que buscam a autonomia econômica como contraproposta a um sistema que, quem define tudo, é o capital e o rei é o dinheiro.

A proposta de parceria se constitui de uma demanda apresentada ao coletivo da Incubadora pelo grupo social ou por meio de alguma parceria com movimentos sociais e/ou organizações que assessoram movimentos sociais. A partir de então temos que conquistar a confiança do grupo social e também confiarmos nele, para tanto, temos que nos respeitar e tratarmos todos e todas como iguais, não importa se um/a professor/a da universidade, se é um aluno/a ou um agricultor/a, somos todos e todas trabalhadores e trabalhadoras.

O que seria este igualar: é um processo de desconstrução do mito de que o conhecimento está presente apenas no coletivo acadêmico, há sempre a possibilidade do povo dos assentamentos e dos bairros esperarem que os “iluminados” da universidade tragam as soluções. Assim, eles e elas permanecem na condição confortável de os homens e as mulheres serem iluminados. Neste contexto, temos que desconstruir, primeiro no coletivo da incubadora a mesma ideia ainda presente na maioria das formações e mesmo nas relações de pesquisa e extensão. Este mito se desconstrói a partir dos seguintes pressupostos:

1. Somos todos/as trabalhadores/as, portanto somos da mesma classe social.
2. Somos todos/as sujeitos do processo de aprendizagem, mesmo que com papéis diferentes no processo.
3. Estamos, todos/as, buscando construir uma outra economia e, portanto, somos anticapitalistas.
4. O processo será conduzido pelas práxis da teoria e prática juntas, em cada ação e em cada processo de educação e produção.

A igualdade é construída também para se garantir a verdadeira inclusão dos/as representantes do grupo social nos processos formativos/educativos coletivos, ou seja, desde seu planejamento, pois não planejamos para eles e elas e sim com eles e elas. Só assim entendemos como acontece a inclusão dos saberes dos/as trabalhadores/as. Afinal aprendemos muito na vida e esse aprendizado ajuda quando vamos aprender ou ensinar

Deixamos claro que a economia solidária é uma proposta anticapitalista na medida em que propõe uma economia sem patrões/as, ou seja, não nos assemelhamos a uma incubadora de empresas, o que fazemos é construir e religião do trabalho com a vida e a economia com a política. Para isso, organizamos conjuntamente empreendimentos coletivos, autogestionários, cooperativos, econômicos e autônomos. Podem parecer palavras difíceis quando as lemos, mas no dia a dia do trabalho elas são mais fáceis de aprender e assim conseguimos avançar.

Este processo educativo/formativo só pode ter os resultados acima a partir da práxis, ou seja, trazer o trabalho para seu lugar histórico na construção da sociedade e da própria economia local e global e o aprender a fazer fazendo de forma consciente e com reflexão permanente sobre o fazer como princípio.

Religar a economia e a política e assim refletir se o trabalho deve ser alienante, aquele trabalho, que na condição de sujeito trabalhador, que não sei nem para que serve. O trabalho tem que ter a centralidade no viver e no bem viver individual e coletivo, ou seja, trabalhar sabendo o que eu mudo com o meu trabalho na comunidade e no mundo. Queremos mais, queremos igualdade e respeito ao nosso trabalho.

Se trabalhamos e aprendemos juntos é porque não nos contentamos com apenas vender nossa mão-de-obra ou nossos produtos e depois irmos para casa para esperar o outro dia e voltarmos à rotina que nos endurece, queremos mais, necessitamos mudar o jeito que vemos o trabalho e como este pode ser entendido. Na construção do movimento da economia solidária queremos o direito ao trabalho associado e a cooperação como princípio de um novo modelo de organização da sociedade.

A cooperação de forma engajada e política é diferente da que acontece nas empresas capitalistas onde se coopera para o lucro, aqui, nos EESS o trabalho cooperado e associado tem outro sentido, o da vida e do bem viver. Por isso que nas relações econômicas solidárias afirmamos o princípio que cooperamos porque sabemos que somos todos e todas iguais e os resultados do nosso trabalho serão divididos entre nós de forma justa, não servirá para alguém ficar rico com nosso suor.

E que conjunto metodológico educativo nos permite tais ações? Para tal tarefa, elegemos a educação popular como instrumento de orientação do processo de transformação que pretendemos. A educação popular casa com nossas propostas pois busca insistentemente a emancipação política e social de homens e mulheres, a economia solidária inclui na proposta a emancipação econômica. O que juntos vamos construir são as condições para homens e mulheres serem livres e poderem definir seus interesses sem depender de um sistema para lhes dizer o que fazer.

Isto exige outro conjunto de pressupostos que são:

1. Centralidade no trabalho conjunto com/no grupo social.
2. Formação com foco na autogestão.
3. Compromisso com a autonomia.

O desafio é construir a autogestão. Mas o que é autogestão então? Temos um texto só sobre este tema no livro organizado por Zart e Santos (2006), mas adiantamos que para o bom exercício da autogestão os trabalhadores e as trabalhadoras precisam conhecer e se possível dominar assuntos relativos ao processo de produção, comercialização e de administração do empreendimento.

Enfim, estes são alguns pressupostos, outros serão abordados nos vários textos deste caderno, mas acreditamos que se o trabalho estiver atento a estes, teremos maior chance de êxito. Afinal todos e todas queremos construir uma outra economia, justa solidária, inclusiva e de gente feliz.

### **Referência Bibliográfica**

VAILANT, Clóvis; COSTA, Dilma Lourença da; COSTA, Rogério de Oliveira. A Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis e a Educação e Sócio-Economia Solidária na Incubadora da UNEMAT. In: ZART, Laudemir; SANTOS, Josivaldo Constantino (Orgs.). **Educação e Sócio-Economia Solidária: interação universidade e movimentos sociais**. Série Sociedade Solidária. Cáceres: UNEMAT Ed., 2006. p. 140-145.

### **Questões:**

1. Você acha importante a apoio da incubadora na organização do EES? Em que pode ajudar?
2. Você acredita que é possível construir um EES mesmo com o mercado estando dominado pelas regras capitalistas?
3. Qual a importância do trabalho coletivo?
4. O que você acha do trabalho coletivo e da proposta de todos e todas participarem da gestão do EES?

# INCUBAÇÃO SOLIDÁRIA COMO PROCESSO DE EDUCAÇÃO POPULAR

Laudemir Luiz Zart  
Loriége Pessoa Bitencourt

Reconhecemos que a Educação Popular é uma das referências mais significativas na construção histórica da afirmação cultural do mundo vivido pelo conjunto diverso de grupos sociais subalternizados e oprimidos na estrutura e nas relações sociais.

Os conceitos de povo e popular são controversos. Destarte todo arcabouço de representações sociais do sentido do popular difundido pela elite brasileira que atribui a este uma conotação de menoridade intelectual e cultural, temos em Darcy Ribeiro a reconstrução histórica e antropológica do Povo Brasileiro (1995). Há nesta obra as evidências das origens das matrizes do Brasil: a indígena, a negra e a branca.

O Brasil se configura pelo encontro-desencontro dos povos. Desde a colonização: a violência, a dominação, a exploração, a exclusão, a negação da cultura, do trabalho, da linguagem, dos gostos, da organização social, religiosa, econômica do índio, do negro e do branco empobrecido. O Brasil se constitui diverso e desigual. Povo e popular neste sentido é o universo (multiverso, adverso) dos homens e mulheres que vivem e convivem com as características próprias da classe trabalhadora e nas relações sociais configuram identidades que se aproximam nas condições concretas de existência.

A incubação solidária como processo de educação popular é a afirmação superadora da concretude existencial das classes sociais populares. Por que afirmação? Porque ao considerar o modo de vida dos populares avalia a sua existência como positiva na produção social do modo de ser e de ter. Por que superadoras? Porque considera que as condições estruturais e materiais de redução à pobreza, à negação das identidades culturais, linguísticas, econômicas é própria do modo de ser das classes dominantes. A superação é o reconhecimento dos modos de ser, da ontologia social, dos povos que retomam sua cultura, sua história e a fortalecem, ampliam e aprofundam com novos conhecimentos.

A educação popular que exercitamos na socioeconomia solidária está substanciada e orientada pela filosofia freiriana. Não podemos neste espaço fazer uma discussão teórica de Paulo Freire, mas nos orientamos por obras como Pedagogia do Oprimido (1983), a Ação Cultural para a Liberdade (1982), Educação e Mudança (1979). Apresentamos a seguir pressupostos e princípios que fundamentam as práticas educativas na incubação econômica, que por ser social é também cultural e necessariamente ecológica.

**a) Diagnóstico Socioeconômico:** compreendemos que realizar um diagnóstico, uma leitura sistemática da realidade, é uma necessidade para a interpretação consistente dos fenômenos que formam a totalidade e a complexidade dos grupos sociais, por isso das interrelações e das interdependências. É saber quem são os atores participantes em termos econômicos, culturais, educacionais. O diagnóstico é realizado de forma participativa, por que envolve os grupos sociais desde a elaboração do roteiro, da aplicação de questionários, da sistematização, da organização de rodas de conversa e de seminários para a apresentação e debates em torno dos dados e das interpretações. Ao realizar o diagnóstico, cria-se uma ambiência favorável para a compreensão dos sentidos da existência dos grupos sociais, das estruturas sociais que marcam as condições, os limites e as possibilidades, bem como as relações sociais que configuram as aproximações e os distanciamentos, os consensos dialogados e os conflitos entre pessoas e grupos sociais. O diagnóstico traduz a territorialidade, isto é, os sujeitos sociais em movimento.

**b) Leitura Compreensiva do Universo Linguístico:** todos os grupos sociais, correlacionados com sua cultura, têm expressões e visões de mundo específicas. Traduzem a sua existência em palavras e orações que carregam um sentido e evidenciam o fazer e o querer que resultam das relações intersubjetivas. As palavras não são neutras. Estão cheias de significados. Podem nos dizer de situações de alienação, quando os grupos sociais populares incorporam o *modus operandi*, o jeito de ser e de fazer dos grupos sociais dominantes. Então, não dizem a sua existência, mas reproduzem o dominador que habita o seu imaginário social. Por outro, e em termos contraditórios, o universo linguístico é a evidenciação da consciência crítica da existência enquanto grupo social, comunidade e classe social. Neste sentido, as palavras ilustram uma existência refletida. Os grupos sociais conseguem expressar os limites e as possibilidades que configuram a sua existência. Na incubação de empreendimentos econômicos solidários partimos do universo da linguagem para mergulhar nos sentidos, de preferência mais profundos, que simbolizam as relações dos grupos sociais.

**c) Aprender as Situações Limites e as Possibilidades:** os grupos sociais são marcados pelas estruturas sociais. Os limites são as situações que impedem o desenvolvimento solidário e cooperativo. São as ideologias que promovem a competição, a concorrência, o individualismo. São as infraestruturas precárias para promover a produção, a comercialização, a industrialização. São os marcos legais providas do Estado burguês que são impeditivos e burocratizantes. São os conhecimentos limitados em relação aos procedimentos administrativos e contábeis. São efeitos da negação de que a classe trabalhadora tem a sua economia. Por outro, as possibilidades são as situações que representam



as práticas sociais do querer, da vontade, do projetar. São as potencialidades superadoras que provocam os grupos sociais a gerar e desenvolver as utopias ativas. As possibilidades são as energias que movimentam as pessoas, que com olhar afirmativo direcionam-se umas às outras, que ao perceberem suas fraquezas, não se fecham nelas, mas as tornam forças para provocar a práxis coletiva solidária e cooperativa. As possibilidades são as situações futuras que encontram no presente as condições concretas de realização do trabalho associado.

**d) Tradução dos Diversos Culturais e das Visões de Mundo:** os grupos sociais populares configuram-se fundamentalmente pelas diversidades culturais. A diversidade quando não reconhecida é geradora de conflitos, de afrontamentos, de desencontros. Na incubação solidária os diversos culturais devem ser traduzidos e socializados. As visões de mundo e as práticas sociais, mas também os gostos, os costumes e as tecnologias que resultam do universo diverso, que ao invés de representar limites para a economia solidária, constituem-se nas potencialidades de construção de saberes e de organizações socioeconômicas e culturais de cooperação, de reciprocidade, de afirmação. Na incubação solidária os sujeitos em diálogo dizem de sua cultura, da sua prática. É a construção mediada de visões de mundo ampliadas, que ao não anular nenhuma cultura, afirmam as identidades no encontro com as alteridades, humanizando as relações e as pessoalidades.

**e) Reconhecimento dos Saberes e das Práticas Sociais:** a incubação solidária, enquanto educação popular tem uma base social. A base são os saberes e as práticas sociais. Todos os grupos sociais têm uma história, culturas, linguagens. O arcabouço desenhado nas relações sociais, nas escolhas políticas, nos encaminhamentos econômicos, nas ações ecológicas, constitui uma totalidade, mesmo quando desarticulados, de representações e de imaginários. As diversidades dos desenhos, das ilustrações, das colorações, são os saberes que configuram a existência dos grupos sociais. Os saberes se constituem dialeticamente com as práticas sociais. Estas são os conhecimentos das experiências, das observações, do fazer e refazer, das aprendizagens da cotidianidade que necessitam de respostas e de soluções para questões problemas que dizem da produção, do trabalho, da comercialização, da vida social, da infraestrutura. É no movimento de problemas-soluções que os grupos populares geram as tecnologias sociais, conjunto de saberes e conhecimentos práticos que respondem às questões emergentes da organização da vida cotidiana. Na incubação solidária, deve-se promover o fluxo contínuo entre os saberes e as práticas dos grupos sociais com os conhecimentos científicos. Não pode haver dicotomia e nem hierarquia, mas o encontro de retroalimentação de saberes distintos.

**f) Contradições Sociais: estruturas e relações sociais:** o conceito de contradição social é fundamental para a incubação solidária. É pela contradição que entendemos os jogos políticos de interesses que representam o fazer e a ideologia das classes sociais. A economia solidária está no campo de ações e organizações das classes sociais subalternizadas. A ideologia a ser desenvolvida é a capacidade política e as competências para a organização dos grupos sociais populares em termos econômicos, culturais, políticos. Em termos de contradição social, este movimento organizacional entra em conflito com os interesses de grupos sociais dominadores e exploradores. Estes últimos, vivem do trabalho alheio e não desejam que os primeiros se organizem. A classe trabalhadora necessita se organizar para superar as suas situações de dominação e de exploração. Nestes termos, há a caminhada para compreender a estrutura social da sociedade comandada pela cultura do capital: uma estrutura de desigualdades sociais. Há a necessidade de entender as relações sociais: no capitalismo estas são de exploração e de dominação. Por contradição a economia solidária deve gerar a cultura da solidariedade para construir as relações de igualdade social, de auto-organização e de autogestão.

**g) Processo Educacional Conscientizador:** a educação popular tem como princípio a conscientização. A conscientização é um movimento dialógico e dialético de geração de conhecimentos. Os conhecimentos conscientizadores tornam as estruturas, as relações e as práticas sociais evidentes para os grupos sociais em conformidade com as realidades vividas e com os projetos desejados por estes grupos sociais. A consciência não vem de fora. Ninguém é consciente o suficiente para conscientizar a outrem. As pessoas se conscientizam nas relações, nas práticas refletidas e nas reflexões práticas. A consciência é ideológica e praxiológica. É do conjunto das ideias e das práticas que se forma uma visão de mundo. Na educação popular uma consciência solidária e de cooperação. Portanto, é uma consciência problematizadora, que questiona e investiga o presente e diz o que não se quer. Ela é uma consciência superadora, porque constrói o que se deseja. Ela é uma consciência contra-hegemônica, porque sabe que outro mundo é possível e está sendo construído.

**h) Democracia Direta, Auto-organização e Autogestão:** a economia solidária se caracteriza pela participação direta das pessoas nos processos de mobilização, organização, gestão, tomada de decisão, avaliação e usufruto equânime dos resultados do trabalho. Para tanto, todos e todas, na igualdade de gênero, de gerações, de etnias se inserem comprometidos nos processos políticos e econômicos. Em termos políticos é a capacidade de organização, a partir da autonomia, da arte de bem governar o coletivo. É a competência de gerir as relações no grupo social a partir de processos dialógicos. Em termos econômicos são as capacidades de organização da produção associada em empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis.

**i) Cultura da Solidariedade:** é o processo de afirmação de relações humanas, humanizadoras. De tornar as práticas cotidianas de cooperação e de reciprocidade. Do compromisso de cooperação que não se restringe ao grupo social, mas que avança para toda a sociedade via as redes de colaboração solidária. A cultura da solidariedade é tornar sólidas as relações humanas. É superar todas as formas de desagregação e coisificação. É a educação libertadora.

### Referência Bibliográfica

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. **Educação e Mudança**. Trad. Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

### Questões:

1. Debater sobre o que é o universo linguístico e como este identifica os grupos sociais populares.
2. O que são as situações limites e as possibilidades? Como a identificação destas contribuem na organização socioeconômica dos grupos sociais populares?
3. Como devemos reconhecer as visões de mundo, os saberes e as práticas sociais no processo de incubação solidária?
4. Porque a educação conscientizadora é importante para a socioeconomia solidária?
5. O que representam a auto-organização, a autogestão e a cultura da solidariedade no processo da educação popular?

*“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes” (Paulo Freire).*

*“A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, as pessoas se libertam em comunhão” (Paulo Freire).*

# ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL COMO PROCESSO DE CONCRETIZAÇÃO DE DEMANDAS SOCIAIS

Laudemir Luiz Zart  
Luan Felipe Bitencourt Zart  
Lucas Blendo de Souza Gomes

A incubação de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis é um processo que se constitui por um complexo de atividades. Envolve ações de investigação, de mobilização, de formação, de organização. Para corresponder às demandas sociais, que podem ser compreendidas como a procura de respostas pelos grupos sociais para a resolução de problemas próprios da organização socioeconômica, a incubadora universitária não consegue corresponder a todas as atividades necessárias, ou por outro, obriga-se a restringir seu campo de ação.

É neste sentido que aprendemos na Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBEES) da UNEMAT a promover uma caminhada contínua de articulação de entidades, associações, movimentos e órgãos públicos. Temos a visão que as fluências das ações potencializam as competências de cada organização social e os objetivos das entidades se potencializam com a concertação institucional e a interação das partes para a constituição de uma totalidade teórica e praxiológica.

Para apreender os sentidos que expressamos apresentamos os procedimentos divididos em duas partes, que sendo expostas de forma didática, são na realidade da incubação movimentos que se entrecruzam e não ocorrem de forma retilínea. Discutiremos o complexo de atividades e o complexo de organizações.

## Complexo de Atividades:

O complexo de atividades diz das diversas ações que são planejadas, executadas e avaliadas na caminhada da incubação solidária.

**a) Investigação:** a investigação está entrelaçada com a incubação, enquanto uma prática de extensão universitária popular. É uma atividade que requer a presença problematizadora e curiosa dos participantes. Há na caminhada provocações constantes em relação aos conceitos e às práticas, que às vezes parecem consolidadas e não querem se desmanchar. A produção de conhecimentos é uma tarefa que diz respeito aos pesquisadores, aos estudantes e aos agentes sociais da socioeconomia solidária. As perguntas sobre a atualidade são desafiadoras para a abertura do pensamento e das práticas para a constituição de processos sociais superadores das formas de fazer orientadas pelos valores hegemônicos, quanto a competição e o individualismo. Investigar significa a busca de possibilidades diferenciadas e novas, isto é, que representam a ética da solidariedade e da cooperação. A construção do novo é uma tarefa coletiva, porque todos e todas estão comprometidos/as com a geração de saberes correspondentes com o ideário da efetividade de um mundo solidário.

**b) Mobilização Social:** aprendemos na caminhada da INCUBEES que a mobilização social é uma tarefa árdua. Requer a atenção permanente de agentes políticos [da arte de bem cuidar da coisa pública] que realizam o chamamento, a motivação e a produção de sentidos positivos para a presença das pessoas em espaços coletivos. Como a economia solidária é contra-hegemônica, ela não corresponde aos imaginários sociais que estão centrados na política assistencialista e ainda muito presentes em comunidades pouco politizadas. Inversamente, a solidariedade da economia solidária, é exigente da presença participativa e compromissada. As pessoas devem ser protagonistas da sua história, princípio fundante. Esta inversão da política produz três consequências muito significativas. A primeira é uma desistência fácil de muitos, porque se desencantam com o conceito e a prática do que imaginaram ser a solidariedade: esta não corresponde ao ideário de receber algo fácil. A segunda é afirmação de uma minoria perseverante na esperança de aprender, de poder se organizar e superar situações de pobreza e de serem sujeitos da construção coletiva, do trabalho associado. Quando ocorre o aprendizado gera-se o encantamento. A persistência encantada gera a terceira situação, que é a difusão social do reconhecimento que a organização socioeconômica solidária é geradora de possibilidades e de respostas efetivas para os grupos sociais. A mobilização social é, portanto, um trabalho árduo e esperançoso de busca e rebusca das pessoas.

**c) Formação Intelectual:** esta é efetivada na incubação solidária por duas dimensões formativas complementares: a política e a técnica. A formação política, tem como objetivo a compreensão dos fenômenos socioculturais e econômicos que formam as estruturas, as relações e as práticas sociais. É conscientizadora em relação às contradições sociais, aos desafios e às possibilidades para a construção da economia solidária. Envolve a aprendizagem para o olhar crítico e as práticas criteriosas. A formação técnica é a aprendizagem do saber fazer em termos políticos, econômicos, educacionais. São as necessidades de competências administrativas, produtivas, comerciais, contábeis, de autogestão que englobam fazeres que podem ser considerados simples como a redação de uma ata ou um ofício, até ações mais complexas quanto o controle transparente da contabilidade de um empreendimento econômico solidário ou o processo de condução democrático e participativo da organização autogestionária. Compreendemos que estas dimensões formativas não estão separadas, e que a formação intelectual é a completude dialógica entre os conhecimentos políticos e os conhecimentos técnicos.

**d) Organização Socioeconômica:** na economia solidária é a efetivação do trabalho associado. Resulta do processo de organização para a geração de renda e a superação de situações de pobreza, ou de necessidades, da convivialidade cooperada para a consolidação do bem viver coletivo. A organização socioeconômica pode ocorrer em grupos informais, que ainda não possuem a suficiência organizativa para a institucionalidade quanto as organizações institucionalizadas, como associações, cooperativas e empresas autogestionárias. Toda organização econômica, independente do status institucional, necessita do planejamento, da execução e da avaliação da produção, do processamento, da comercialização, do consumo. É a visão da economia como organização social do trabalho associado.

#### **Complexo de Organizações:**

O complexo de organizações no movimento da socioeconomia solidária é a concertação de atores coletivos que se propõe a construir uma sociedade solidária. São forças políticas que estão no mesmo campo ideológico e se propõe a construir uma agenda comum para concretizar ideários de transformação social.

Expomos algumas das práticas de articulação experimentadas pela INCUBEESS e o significado para a construção ampliada da economia solidária.

**a) Instituições Universitárias:** para organizar a incubação solidária o desafio se apresenta em diferentes frentes em relação às universidades: um é a sensibilização de estudantes e professores para dentro da própria universidade. Em relação aos pesquisadores é a demanda de formar grupos e/ou núcleos de pesquisa/extensão, promover grupos de estudo, orientar em programas de mestrado/doutorado, desenvolver projetos de especialização, publicar obras científicas e realizar eventos acadêmicos. Em relação aos estudantes temos a necessidade da formação extracurricular com cursos especiais de aprendizagem, inclusão de estudantes bolsistas em projetos de pesquisa e de extensão. A segunda frente é a articulação de universidades locais para a constituição de redes de pesquisa e de extensão, neste caso, foi constituída a Rede de Pesquisa-ação em Educação Popular e Trabalho Autogestionário (REDE-EPTA) que reúne educadores da UNEMAT, da UFMT e do IFMT. A terceira é a inserção da incubadora em redes nacionais como a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO). As diferentes frentes são constituintes de espaços acadêmicos para o desenvolvimento de uma ciência comprometida com a solidariedade e a cooperação.

**b) Entidades Escolares:** aprendemos no processo de incubação que as escolas públicas têm relevância fundamental nas comunidades. Elas se constituem num centro convergência e de organização das pessoas. É o espaço de encontro e de mobilização das pessoas para a realização de atividades de planejamento, de avaliação, de investigação, de formação, de seminários. As escolas tanto nos territórios do campo quanto nas comunidades urbanas mais periféricas são centros catalisadores de forças políticas comunitárias para a promoção do pensamento social que tem como centralidade o desenvolvimento solidário e sustentável.

**c) Entidades Cívicas:** estas são as organizações não governamentais e têm desenvolvido ações de mobilização, formação e organização, ao tempo em que produzem conhecimentos relativos aos processos sociais de geração de alternativas para a afirmação de direitos sociais e de modelos de desenvolvimento que não se restringem aos limitados atos de repetição dos pressupostos legitimados pela formação social do capital. Exemplificamos as relações construídas pela INCUBEESS com o Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennès (CDHDMB). É uma articulação que envolve os processos complexos de diálogos organizacionais com grupos sociais que historicamente tiveram seus direitos fundamentais negados, quanto as mulheres e os jovens de comunidades empobrecidas. Citamos ainda a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE) que tem maior foco de ações voltadas para a agroecologia e organização democrática de comunidades do campo. As articulações com entidades cívicas são para a incubadora, bem como as comunidades, potencializadoras da formação e de organização econômica.

**d) Movimento Sindical:** a articulação com o movimento sindical representa duas dinâmicas complementares no aprofundamento organizacional. Num primeiro plano é a inserção com determinadas categorias de trabalhadores/as. Neste sentido, a INCUBEESS desenvolveu ações com os Sindicatos dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Cáceres e de Lucas do Rio Verde e com o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT) Seção de Cáceres. Enquanto ação institucional profissional é um direcionamento para a fertilização da economia, da educação, da cultura em conformidade com as finalidades sindicais. Num segundo plano as ações sindicais superam as perspectivas corporativas e avançam para as necessidades e projeções dos trabalhadores enquanto classe social. Neste direcionamento ocorre a concertação de estratégias e táticas organizacionais de confluência de projetos e atividades que simbolizam paradigmas de desenvolvimento alicerçados nos interesses do trabalho cooperado.

**e) Movimentos Sociais:** estes traduzem bandeiras de organização específicas a partir de determinadas questões sociais. Na construção de respostas, os movimentos sociais articulam e ampliam a rede de agentes apoiadores, propositores e fazedores das políticas e das atividades para concretização dos objetivos. As ações coletivas, caracterizadas nos movimentos sociais, são forças constituintes de espaços de formação e organização socioeconômica. Na incubação os diálogos entre a universidade e os movimentos sociais estruturam projetos para a efetividade da socioeconomia solidária. Neste sentido, a INCUBEESS tem dialogado com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Os objetivos centrais nestas articulações são a formação intelectual para a estruturação de empreendimentos econômicos solidários.

**f) Movimentos Eclesiais:** a ligação com as organizações eclesiais ocorre na confluência de princípios expressos na doutrina social da igreja. São as atividades que afirmam as comunidades eclesiais de base, as pastorais sociais, a juventude, as mulheres. A aproximação para a formação em relação ao território que corresponde à Diocese de Cáceres, via a Cáritas Diocesana, a formação se centra na aprendizagem dos conceitos e das práticas relativas às finanças solidárias e mais especificamente dos fundos rotativos.

**g) Organizações Associativas:** são os espaços de formação e organização que ocorrem com os grupos sociais populares. São grupos informais formados por mulheres, jovens, camponeses, consumidores, que tem como finalidade as atividades econômicas orientadas pelos princípios do trabalho associado. Como exemplo citamos o Grupo de Mulheres Camponesas Vale do Sol, Grupo de Mulheres Amigas do Pastel. Dentre as organizações associativas há as que já tem uma história de consolidação como a Associação Regional de Produtores Agroecológicos do Sudoeste de Mato Grosso (ARPA), a Associação Centro de Tecnologias Alternativas (ACTA). Outras organizações associativas são as que resultam de processos mais recentes de incubação como a Cooperativa Regional de Prestação de Serviços e Solidariedade (COOPERREDE), a Cooperativa de Agricultores, Agricultoras Familiares do Município de Nossa Senhora do Livramento (COOPERLIVRA), a Associação de Cooperação da Agricultura Familiar Camponesa da Fronteira (ACOOPEFRON), a Cooperativa de Pescadores e Pescadoras Tradicionais do Pantanal (COOPESPAN).

**h) Fóruns de Economia Solidária:** para a concretização de articulações mais amplas quanto a projetos de pesquisa, extensão, e, a proposição, execução e avaliação de políticas públicas a INCUBEESS tem-se inserida nos processos de constituição e de organização de fóruns e redes de economia solidária. Neste sentido, podemos evidenciar o Fórum Cacerense de Economia Solidária (FOCAES), o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a Rede Matogrossense de Economia Solidária (REMSOL) e a Rede de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis do Centro-Oeste (REINESCO).

**i) Organismos Públicos:** a fluência com os órgãos públicos se dá pela dinâmica de construção de políticas públicas, de programas de ação e de projetos de pesquisa e desenvolvimento. As proposições e inserções ocorrem nos âmbitos dos municípios, com órgãos do Estado de Mato Grosso, e, principalmente com entes do governo federal articulados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

#### **Questões:**

1. Como no processo de incubação os sujeitos envolvidos articulam o complexo de atividades: investigação, mobilização, formação intelectual e organização socioeconômica?
2. Debater os limites e as possibilidades de constituição de concertações do complexo de organizações.

*“Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica” (Paulo Freire).*

*“Onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender” (Paulo Freire).*

# DIAGNÓSTICO NO PROCESSO DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Laudemir Luiz Zart  
Rosiléia Aparecida Coelho  
Leila Aparecida Bispo da Cunha Santos

Vamos expor sobre a metodologia do diagnóstico que pode ser realizado no transcorrer do processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários. O diagnóstico enquanto leitura criteriosa e sistemática da realidade é uma interpretação simultaneamente espacial e temporal. A espacialidade diz do território ocupado por determinados grupos sociais e que traduz as estruturas, as relações e as práticas dos grupos sociais a partir de consensos e/ou de conflitos. A temporalidade é o processo de manutenção e/ou de transformação de condições e situações dos contextos vividos. Representa a estática, manutenção e fixidez das concepções, dos valores e dos fazeres, e/ou os processos dinâmicos, constituídos por movimentos abertos e inovadores dos conhecimentos, da ética e das práticas dos grupos sociais.

Apresentamos o diagnóstico enquanto a leitura da caracterização da realidade e como um processo organizacional e contínuo de planejamento, execução e avaliação.

## **Diagnóstico como Caracterização da Realidade.**

Como compreensão da realidade o diagnóstico pode ser realizado com métodos e técnicas diferentes. Visualizamos o diagnóstico como uma construção processual que inter-relaciona dados coletados em momentos e por técnicas distintas, desenhando os cenários complexos, por isso, inter-relacionados e interdependentes de um determinado contexto social.

Apresentamos a seguir os procedimentos adotados. Aplicação de um questionário. Este pela sua característica de ser basicamente uma técnica de pesquisa fechada, tem como vantagem o controle direto sobre as variáveis e em decorrência a sistematização e a quantificação são facilitadas para a interpretação. A desvantagem está na exclusão, pelo menos num primeiro instante, de informações que emergem das pesquisas de campo.

Na lógica da compreensão da realidade do campo, elaboramos na INCUBEESS, o questionário orientado por questões que possibilitam o registro de dados em conformidade com os objetivos propostos. Neste sentido, configuramos por eixos interpretativos orientados pelos seguintes temáticas:

a) Organização social e cultural: nesta investigamos sobre o perfil das pessoas que integram ou são potenciais integrantes de grupos coletivos. Buscamos dados sobre as configurações de gênero, faixa etária, origem das pessoas, composição familiar, ocupação no trabalho, situações problemas para a organizar a produção, acesso aos bens de consumo, escolaridade. São dados que respondem à necessidade de compreensão sobre quem são os sujeitos que participam do processo de incubação. Como se constituem os grupos sociais.

b) Organização socioeconômica: relativo às formas de geração de renda, portanto da produção, da comercialização, do processamento, do acesso ao crédito, da assistência técnica, das tecnologias sociais. Respondem à necessidade de entendimento das condições, dos métodos e das estratégias de organização do trabalho e dos mecanismos sociais de produção social de existência.

c) Questões ambientais: relativos ao acesso, degradação e cuidados com os bens naturais e saneamentos ambientais, e, das atitudes das pessoas em relação ao meio ambiente. Busca-se interpretar a cultura, os conhecimentos e as práticas das pessoas e dos grupos sociais em relação à natureza e desta em relação às percepções do que é natural, do que é cultural e do que é econômico.

d) Processo de cooperação: da participação em organizações associativas, das percepções e das atitudes relativas ao trabalho cooperado. Lê-se as dificuldades relativas à integração das pessoas em trabalhos cooperados e as tendências que possibilitam a superação da cultura do trabalho subsumido ao capital para a cultura do trabalho associado.

e) Questões políticas: relativas ao conhecimento e o acesso às políticas públicas que englobam questões de créditos, tecnologias, infraestrutura. Esta investigação gera a compreensão da compreensão de política, de participação, da presença e/ou da ausência do Estado nas comunidades e nos grupos sociais.

O questionário é complementado pelos relatórios de campo. Estes são as anotações alimentados por olhares criteriosos que ocorrem na investigação, na formação, nas visitas às casas e comunidades, nas rodas de conversas, nas entrevistas. São feitas as anotações e os esquemas nos cadernos de campo, os registros fotográficos, as gravações audiovisuais. Ao serem transcritas e reescritas passam por um processo criterioso de sistematização e codificação, isto é, de interpretação.

Nas atitudes investigativas do diagnóstico, centrado no método da observação participante e em técnicas como as rodas de conversa, as visitas às casas e as entrevistas, aprendemos a capacidade pacientemente da escuta, dos olhares, dos gestos, dos fluidos. O ser humano econômico e social, é um ser de necessidades e potencialidades. O silêncio da escuta é um mergulho em mistérios, em histórias de vida, em sonhos e em decepções. Na cumplicidade as pessoas relevam mundos

secretos, revelam pessimismos e otimismo. Dizem e criticam formas de poder, de atitudes. Evidenciam-se relações de desconfiança, das autoestimas baixas. Aprendemos na incubação que os seres humanos têm necessidades profundas da afetividade, da palavra que traduz a confiança, as potencialidades e as possibilidades.

Todos os dados codificados passam pela socialização. Os resultados da pesquisa são rerepresentados aos grupos sociais. Há a leitura crítica dos dados para averiguar e correspondem aos fenômenos interpretados. A socialização da pesquisa pode ocorrer em oficinas, cursos, seminários. Os métodos e as didáticas devem possibilitar o questionamento, a reinterpretação e/ou a confirmação das informações, para que sejam validados pelos participantes. Compreendemos que quando as informações são validadas estas se transformam em conhecimentos pertinentes para a compreensão dos contextos dos grupos sociais. Este processo de produção social do conhecimento é complementado com o processo político de tomadas de decisão pelos grupos sociais, em corresponsabilidade com a incubadora, para implementação de ações de formação e de organização econômica.

### **Diagnóstico Avaliativo do Processo Organizacional:**

Implementadas as ações específicas de formação e de organização econômica, o diagnóstico torna-se uma prática contínua de acompanhamento e de monitoramento dos processos educacionais, econômicos, culturais. É a presença intensiva nas relações intersubjetivas por diálogos abertos e francos. Por dinâmicas avaliativas que demonstram os compromissos de mutualidade, de confiabilidade, e ainda dos limites ou das ausências destas características na vida cotidiana dos grupos sociais.

A avaliação permanente é um procedimento necessário para a compreensão sobre a adequação dos métodos, das estruturas, dos materiais, das didáticas e dos conteúdos no processo de aprendizagem que ocorrem nas oficinas, nos cursos, nas experiências.

No processo de incubação, avaliar significa as possibilidades de replanejar e redirecionar, para aprofundar e ampliar as ações, os conhecimentos e as estratégias organizacionais. É a atenção com a ambiência para a percepção dos indicadores de conflitos, para a promoção da mediação entre pessoas, visões, desejos, recursos. O fundamento da mediação é a geração de ambiências de bom senso, isto é, dos bons conhecimentos gerados coletivamente para a promoção da organicidade na convivência dos grupos sociais.

### **Questões:**

1. Como os grupos sociais conhecem/reconhecem as realidades sociais, culturais, econômicas?
2. Como traduzem (interpretam) as potencialidades e as possibilidades?
3. Quais são as atitudes dos grupos sociais para mediar e superar conflitos?

*"O conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção" (Paulo Freire).*

# FORMAÇÃO NO PROCESSO DE INCUBAÇÃO: AUTONOMIA, AUTO-ORGANIZAÇÃO E AUTOGESTÃO.

**Eliane dos Santos Martinez Paezano,**

**Marcia Aparecida de Barros da Cruz,**

**Maria Vanise Barbosa.**

Para que um grupo de pessoas possa se tornar um Empreendimento Econômico Solidário é preciso passar por um processo de formação para que assim possam apreender os conceitos que são desenvolvidos na Socioeconomia Solidária. Tais conceitos fundamentam-se no cooperativismo, no trabalho associado e na autogestão. Toda a formação proposta na economia solidária faz parte de um processo que denominamos de incubação, processo educacional que leva o grupo inicialmente a repensar suas concepções e desenvolver os conceitos que irão apreender ao longo do processo.

Todas as etapas da formação que são realizadas pela Incubadora têm o objetivo de fazer com que os participantes possam compreender a importância do trabalho associado e assim desenvolver suas atividades coletivamente, juntamente com as tomadas de decisões através de dinâmicas autogestionárias. Para que todo esse processo possa acontecer é preciso apoderar-se do conceito de autogestão, enquanto o grupo vai se constituindo ao longo do processo na perspectiva da economia solidária.

Para que a incubadora inicie seu trabalho é necessário o interesse do grupo social, ou de pessoas que pensem em formar grupos de produção, sejam eles informais ou formais, e, assim constituir um empreendimento econômico solidário. Para que o grupo possa constituir-se quanto empreendimento é preciso que os sujeitos envolvidos adquiram e pratiquem uma consciência organizativa associativa em conformidade com os pressupostos solidários. Dessa forma, os sujeitos manifestam interesses para organizar-se, e assim, coletivamente e de forma democrática desenvolvem as ideias do que querem fazer, e ao executar, avaliam e replanejam a organização.

É com base nos pressupostos da educação solidária que é apresentado para o grupo social as dinâmicas pedagógicas, os conceitos e o trabalho desenvolvido pela Incubadora. Em conformidade com as orientações e as discussões nos coletivos, é que o grupo pode optar ou não por receber a formação. Caso o grupo queira receber esta formação é realizada uma concertação sobre as possíveis temáticas a serem trabalhadas, as metodologias, as dinâmicas e as responsabilidades das partes. As temáticas formativas são levantadas de acordo com as demandas, as dificuldades e as projeções relativas às possíveis organizações socioeconômicas.

Durante esse processo, os sujeitos passam a compreender os benefícios do trabalho associado e através da formação, implicar-se como sujeitos de si, que se reconhecem como sujeitos sócio-históricos considerando as suas especificidades. Estamos vivendo em um sistema capitalista que propaga o individualismo, a competitividade, impregnando na sociedade a ideia da valorização do dinheiro, do lucro, por meio da exploração do outro. No processo de incubação, formação e organização socioeconômica, os sujeitos conseguem visualizar que é possível uma outra forma de viver, que podemos ser solidários e nos preocuparmos com o bem viver das pessoas que estão em nossa volta. Neste sentido, passam a tornar-se pessoas capazes de buscar e concretizar seus ideais, seus sonhos.

Para que os empreendimentos econômicos solidários se constituam de uma maneira sólida destacaremos alguns conceitos primordiais nesse processo para a consolidação enquanto grupos que caminharão fortalecidos com base na democracia participativa após a realização de todo o processo de incubação: a) autonomia, b) auto-organização, e, c) autogestão. A ordem de exposição didática não é necessariamente a ordem de aprendizagem.

O primeiro sentido a ser apreendido pelos sujeitos vem ser a autonomia, enquanto afirmação de agentes que se percebem como integrantes da sociedade e se reconhecem em meio a este processo como protagonistas do pensamento e das práticas. Autonomia é um termo de origem grega cujo significado está relacionado com a independência, a liberdade ou a autossuficiência. É um conceito que determina a possibilidade das pessoas em gerir livremente a sua vida, efetuando racionalmente as suas próprias escolhas.

O segundo passo a ser construído é a concepção de auto-organização. Neste direcionamento é preciso haver a compreensão de que para desenvolver um trabalho coletivo os sujeitos se mobilizem e promovam a auto-organização em meio às suas ações, seus espaços, sua ambiência cultural, econômica e política. A auto-organização é a capacidade dos grupos sociais promoverem processos constituintes, isto é, de organizar-se coletivamente para a definição das ideias, projetos e maneiras de fazer, conviver e compartilhar tarefas, responsabilidades e resultados. Na auto-organização o grupo se identifica como protagonista da sua história e da organização socioeconômica.

O terceiro passo a ser apreendido no processo de formação para o trabalho associado vem a ser a autogestão. Como o próprio nome está dizendo, é gerir por si mesmo e gerir com o outro, isto quer dizer, fazer a gestão compartilhada. Tendo como fundamento a autogestão, o empreendimento econômico solidário é gerido pelos próprios trabalhadores como uma



forma de organização social, onde não existem hierarquias e as decisões são tomadas no coletivo. As tomadas de decisões que são realizadas no coletivo podem conter riscos/erros e acertos, mas representam o direcionamento autêntico de um coletivo que se constitui e reconfigura constantemente. Por isso, a partir do momento que se tomam as decisões, todos os participantes precisam estar cientes de seu compromisso e a sua responsabilidade como sujeitos implicados no grupo. Nenhum membro poderá ser cobrado por qualquer falha ou erro individualmente, mas toda forma de avaliação, dos acertos e dos erros, será realizada de forma coletiva.

O empreendimento econômico solidário é administrado democraticamente, ou seja, pela prática da autogestão. Todas as decisões estratégicas são tomadas em assembleias, que podem ocorrer em curtos intervalos, dependendo das necessidades. Nessas assembleias todos têm direito a votos e vez, independente dos cargos que ocupem no grupo.

Para Mothé (2009) a autogestão refere-se ao exercício de práticas participativas no trabalho. Tais práticas se caracterizam pela natureza democrática, propiciando a autonomia do grupo em relação às atividades realizadas. Este termo para a Economia Solidária é aplicado de forma mais ampla, que vai além da ideia de gestão dos empreendimentos, pois agrega o ideal de horizontalidade em todas as atividades do coletivo. Soma-se a esta ideia o pressuposto fundante da autogestão que é a propriedade coletiva dos meios de produção que possibilitam o trabalho associado e a distribuição igualitária dos resultados da produção.

Autogestão é a forma de gerir empreendimentos organizados por grupos de produtores associados em estabelecimentos industriais, na economia camponesa, em redes de catadores, de pescadores, de extrativistas. São empreendimentos que trabalham com o comércio justo e solidário, com finanças solidárias, com a formação. As diferentes formas de organização têm como fundamento estabelecer e construir sempre o bem viver, tirando do contexto do trabalho a hierarquia estabelecida entre o trabalhador e o patrão, pois na condição da economia solidária todos os associados são efetivamente 'donos' da produção, das decisões e dos resultados.

Essas relações que são estabelecidas pela democracia dentro do grupo social fazem com que os participantes possam ter autonomia de realizarem formações entre si, pois o conhecimento engloba todo o processo de auto-organização do grupo, as decisões são coletivas e democráticas. Assim, todos os envolvidos possuem os mesmos direitos, respeitam as posições de cada um que é consensuada na decisão coletiva. Todos os participantes têm acesso às informações. O bem viver das pessoas são tidas como a essência do mundo do trabalho, pois o mais importante é garantir a saúde, a cultura, a educação, enfim a qualidade de vida dos trabalhadores.

#### **Referência Bibliográfica**

MOTHÉ, D. Autogestão. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

#### **Questões**

1. Como você visualiza o trabalho da incubadora na formação para Autogestão?
2. Qual a importância dos conceitos de autonomia, auto-organização e autogestão para a consolidação de um empreendimento econômico solidário?
3. O que você acha sobre o processo de incubação para os grupos atingirem Autogestão?

***"Ensinar não é transferir conhecimento e sim criar possibilidades de apreensão" (Paulo Freire).***

***"Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer" (Paulo Freire).***

# FORMAÇÃO POLÍTICA E TÉCNICA NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Jucilene de Oliveira Martins,  
Cristiane Ribeiro Gonçalves,  
Vera Lúcia Alves da Silva.

No processo de incubação insere-se a formação teórica do indivíduo e de grupos acerca da política, contemplando as estruturas, as relações e as práticas sociais. Esse processo se baseia no estudo da superestrutura: da ideologia, do Estado, do campo jurídico, da escola, da ciência, da política e da religião. Inclui as relações infraestruturais quanto as formas de produção, distribuição e de consumo.

A progressão das nossas ideias políticas segue o rumo do desdobrar crítico do pensamento mundial, ao mesmo tempo em que acompanha o desenrolar da história nacional. Andam juntas ideias e acontecimentos históricos. As ideias por vezes provocam os fatos, fomentando novas práticas e novas ideias. A partir de fatos históricos produzem-se na consciência de grupos sociais as contradições das estruturas, estes que estão submetidos às mesmas pressões sociais ou que necessitam enfrentar similares obstáculos e dificuldades e que, em razão disso passam a agir coletivamente em função de objetivos comuns, combatendo assim os valores como a competição e o individualismo que enriquecem uma pequena parcela da sociedade. A partir daí reafirmamos a atuação da incubação destacando a reflexão de Zart,

A classe trabalhadora organizada e em movimento, representa o sujeito coletivo de invenção de configurações sociais que superam o privatismo e a exclusão social. Esta perspectiva, no entanto, não poderá ser compreendida a partir de visões políticas e filosóficas ingênuas, que obscurantizam os fenômenos psicossociológicos da alienação, das ideologias dominantes das classes dominantes. Como Marx já explicitou, é-nos necessário a evidenciação dos fenômenos sócio-históricos que fundamentam os processos sociais e que alicerçam as formações sociais de todos os tempos históricos. A razão crítica terá a capacidade de dialetizar os processos se houver a clarificação dos mecanismos de dominação e, por outro, os meios e os princípios de libertação, que somente poderá ocorrer em espaços sociais abertos, dialógicos, portanto políticos, e afirmativamente públicos. (200, p.174).

Assim sob a aprendizagem da política, espera-se uma compreensão mais orgânica do funcionamento das sociedades, dos direitos humanos e da cidadania. Da mesma forma a compreensão da importância da participação nas organizações da sociedade civil, como associações, sindicatos partidos políticos e nos conselhos públicos e comunitários, utilizando desses meios como mediação política para a democratização das sociedades, buscando a superação de todas as formas de opressão.

Sob o aspecto cultural, trata-se de considerar todas as questões referentes a autoestima e utopias visando resgatar dimensões de sensibilidades mutiladas pela cultura de massa que manipulam e desumanizam as pessoas. Através da formação buscamos a compreensão e o resgate das diversas dimensões éticas e estéticas, com atividades que propiciem encontros humanizantes, recuperando elementos culturais da vida das pessoas de suas comunidades e religiões por meio das autobiografias que visam a compreensão dos sujeitos como parte de sua história e estes com relação ao grupo a que pertencem.

No processo de incubação há uma ação cultural educativa, que afirmando uma nova ética nas ações políticas, econômicas e culturais combate os preconceitos de machismo, discriminação racial, homofobia, discriminação de portadores de deficiência, mulheres e outros. Busca-se por meio da política a garantia das mediações de trabalho, moradia, saúde, transporte, educação, informação, gerando uma consciência cidadã que através de estudos e das práticas coletivas torna possível reverter a hegemonia do projeto hegemônico e promover progressivamente as condições adequadas para o exercício da liberdade e da igualdade.

Sob o aspecto da formação profissional, técnica, trata-se de desenvolver as habilidades individuais e dos grupos econômicos para a viabilidade da produção. A incubadora solidária auxilia na compreensão de todos os aspectos exigidos nas áreas de planejamento participativo, produção, gerenciamento e comercialização.

O processo de formação em economia solidária é compreendido de acordo com a CONAES (2014) como uma “construção social”, que envolve uma diversidade de sujeitos e ações orientadas para a promoção do desenvolvimento sustentável que considera as dimensões econômica, ambiental, cultural, social e política. Essas ações de formação, considerando os itens citados, são baseadas na perspectiva emancipatória e de transformação dos sujeitos e da sociedade.

A formação política e a técnica são processos essenciais na educação em economia solidária, conceituado aqui como formação intelectual, de acordo com o conceito trabalhado neste caderno esta é a junção da formação política e técnica no processo de incubação dos Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis e são concebidos como “práxis” da ação coletiva fazendo com que os sujeitos sejam instigados à ação-reflexão-ação.

Esses processos formativos políticos e técnicos são contínuos na metodologia de incubação. Parte das iniciativas das organizações, dos movimentos sociais, das universidades, dos núcleos de estudos e pesquisas, dos empreendimentos

econômicos solidários. Tem como objetivo fazer com que nos empreendimentos econômicos solidários, na vida cotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras, seja possível a afirmação da sua história, o resgate e valorização do seu modo de vida, do trabalho e da cultura, gerando relações sociais de bem viver. Da mesma forma torna os momentos de formação, de reflexão e pesquisa sobre os processos coletivos, possibilitando o conhecimento e a articulação com as ações e políticas públicas de fomento e apoio à economia solidária como, formação, crédito, comercialização solidária, finanças solidárias.

Desenvolve e incorpora a ação do planejamento, da produção de bens e serviços, distribuição, comercialização, finanças e consumo solidário, como parte de estratégia metodológica na realização de processos de estruturação e avaliação das ações nos espaços públicos e nas organizações coletivas dos empreendimentos. E toda a formação intelectual gerada pela metodologia de incubação desenvolvida na incubação solidária é composta por conteúdos que são definidos a partir do levantamento das demandas dos sujeitos da economia solidária, voltados para a construção de uma análise da realidade.

Os conteúdos devem integrar em sua concepção autonomia emancipatória aos trabalhadores e trabalhadoras possibilitando o desenvolvimento local sustentável e solidário nos empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis ou em redes de colaboração com outros empreendimentos e movimentos sociais. Visualizando esses apontamentos, guiamos e aprofundamos as práticas da incubadora nos referenciais debatidos e afirmados no caderno temático publicado na II Conferência Nacional de Economia Solidária (2010). Com as bases solidificadas trabalhamos na metodologia de incubação para formação política e técnica dos conteúdos que a incubadora organiza em dimensões formativas:

a) **Qualificação técnica:** visa o aprimoramento e a viabilidade da produção a partir das demandas dos empreendimentos econômicos solidários. São desenvolvidos conhecimentos relativos à gestão organizacional coletiva, a produção agroecológica, a comercialização, processos contábeis, dinâmicas de produção, marketing societal, planejamento participativo e estratégico, fundamentos jurídicos e processos de gestão coletiva.

b) **A Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento:** organização do Estado e suas implicações na realidade dos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária; formação social e os processos de organização social e política dos trabalhadores e das trabalhadoras; análise de conjuntura para compreender as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças para o desenvolvimento econômico; o marco legal da economia solidária e sua relação com a legislação vigente; redes de cooperação e cadeias produtivas solidárias;

c) **Formação sociopolítica e constituição dos sujeitos:** história dos sujeitos e do trabalho e os aspectos do trabalho emancipatório na construção de uma sociedade justa e solidária; processo de constituição de identidades dos sujeitos políticos, considerando: direitos do trabalhador associado; a organização e as estratégias de resistência dos trabalhadores e das trabalhadoras; movimentos sociais; soberania e segurança alimentar;

d) **Formação e assessoria técnica para autogestão:** inclui-se a educação popular; a constituição, organização e autogestão dos empreendimentos da economia solidária; as relações humanas e afetividade; a análise participativa da viabilidade econômica dos empreendimentos; diagnóstico e planejamento estratégico participativo; aspectos contábeis e financeiros, jurídicos e tributários.

e) **Processos de produção, comercialização, consumo e finanças solidárias:** inclui a visão da sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários; o monitoramento e avaliação participativa dos processos de produção, da comercialização e do consumo. Destaca-se a certificação dos produtos, dos serviços e dos empreendimentos econômicos solidários; a comunicação e a divulgação; o consumo consciente e comércio justo; as finanças e trocas solidárias. Ressaltamos que outros temas poderão ser incorporados tendo em vista as demandas dos sujeitos da economia solidária e em conformidade com as dinâmicas de aprendizagem e de avaliação.

Consideramos que a formação intelectual dos trabalhadores e das trabalhadoras nos empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis é o processo que faz visualizar a superação das visões de mundo reducionistas, para a construção de conhecimentos críticos e propositivos para apreender as complexidades das relações e dos contextos sociais.

#### **Referências bibliográficas:**

BRAGA, Roberto Saturnino. **O Curso das Ideias: história do pensamento político no mundo e no Brasil.** São Paulo: Publisher Brasil e Editora Perseu Abramo, 2009.

BRASIL: Caderno Temático – II Conferência Nacional de Economia Solidária. Brasília: Conselho Nacional de Economia Solidária: maio, 2010.

BRASIL: Conferência Temática de Economia Solidária (CONAES). **Educação e Autogestão.** Brasília: Conselho Nacional de Economia Solidária: abril, 2014.

ZART, Luiz Laudemir (Org.). **Educação e Sócio-economia solidária:** paradigmas de conhecimento e de sociedade. Cáceres-MT: Editora Unemat, 2004.

ZART, Luiz Laudemir. SANTOS, Josivaldo Constantino (Orgs.). **Educação e Sócio-economia Solidária:** interação universidade-movimentos sociais. Cáceres-MT: Editora Unemat, 2006.

#### **Questões:**

1-Como você visualiza e participa da política do seu grupo de empreendimento de economia solidária?

2-Qual a sua compreensão acerca da formação técnica e intelectual? Como utilizar dessa técnica nos empreendimentos de economia solidária?

# PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO: AÇÃO ESTRATÉGICA

Douglas Alexandre de Campos Castrillon Junior,  
Mateus Casemiro da Silva,  
Luan Benedito Oliveira da Silva

A possibilidade de mergulhar em novas formas de compreensão de situações decorrentes das condições de convívio social solidário, bem viver e de trabalho associado, possibilitam debates e problematizações alternativas que auxiliam na construção de melhores condições de efetuação de atividades sociais. Ao inserirmos novas possibilidades do fazer e como fazer, estamos quebrando velhos hábitos e conceitos do “sempre foi feito dessa forma” ou mesmo “time que está ganhando, não se muda”. Assim, ao analisarmos o processo de desenvolvimento de uma organização podemos praticar novos métodos, novos conceitos, estimulando a mudança do modo estabelecido e praticado.

No decorrer da vida nos deparamos com diversas notícias de mudanças financeiras, possivelmente explicadas com a lógica do empreendedorismo empresarial. Acompanhando a relação de consumo em níveis estratégicos, evidenciamos grandes empresas, correspondentes a grande parcela do faturamento em prestação de serviços e comercialização de produtos. Com isso, ao pararmos para refletir no modo de operação do mercado do capital, verificaremos que a grande dificuldade não está na iniciativa de abrir seu próprio negócio, de realizar a ideia motriz, mas sim, na competitividade instaurada pelo individualismo empresarial, fomentado pelas notícias que incentivam o crescimento do 'meu negócio'. Mas, se invertermos a condição inicial de abrir o que era antes 'o meu para o nosso' próprio negócio? A resposta está na condição informal ou formal de trabalhar de forma associada, estimulada sob os conceitos da adesão voluntária, da democracia, do bem viver propondo a construção de novos métodos que alimentem a responsabilidade participativa e ativa dos sujeitos produtores sociais livremente associados.

Os modos organizativos que mais se assemelham e crescem com a perspectiva do trabalho associado, são os Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (EESS). Estes nos proporcionam reavaliar e recontextualizar o modo imposto pelo sistema econômico movido pela exploração da força intelectual, tecnológica e manual da classe trabalhadora. Reverter o conceito é promover a autonomia, a auto-organização e autogestão dos sujeitos, desconstruindo o saber tradicional da administração, referenciada por Chiavenato (2010) que traduz as teorias de gestão heteronômica e centralizada da instituição empresa em níveis hierárquicos de funções divididas em setores: a) no setor estratégico, responsável pelo planejamento, geralmente realizada pelos diretores e executivos; b) no setor tático, responsável por coordenar e gerenciar atividades, feitas por gerentes e supervisores e c) no setor ou nível operacional, o conhecido chão de fábrica, onde se encontram a grande classe trabalhadora, responsável por mover o círculo econômico das empresas centradas na cultura do capital.

Ao recontextualizar e reverter a participação dos sujeitos, são estabelecidas mudanças culturais organizacionais que possibilitam formas de planejamento participativo e consequentemente a tomada de decisões coletivas. Castrillon Junior (2015) ajuda-nos a entender que a prática de se organizar na forma associada para estabelecer objetivos e metas, utilizando a participação dos envolvidos diretamente como os trabalhadores produtores e os consumidores, são as bases constitucionais do planejamento participativo. Este modo de problematizar a partir do olhar processual dos trabalhadores, acrescentam diversas possibilidades de aumento de acertos do processo econômico, por ter relação direta com os principais parceiros nas relações de trabalho cooperado: os produtores e os consumidores. Estes processos de amplitude de diálogo entre vários atores sociais que em suas características possuem conhecimentos, experiências e atitudes que os diferenciam, mas também os aproximam enquanto protagonistas de uma história, com consciência e clareza de que as participações os tornam partes fundamentais da transformação social, corresponde ao diálogo de imersão da evolução do método de gestão para a cogestão e mais profundamente a autogestão, indicando a participação ativa no processo de planejamento e tomada de decisão. Assim, o planejamento participativo resulta em posicionamentos políticos e econômicos de atuação, logo, seu resultado propõe indicativos representativos e estratégicos, divididos nas seguintes áreas: administrativo, jurídico, financeiro, estratégico e logístico.

**a) Planejamento participativo administrativo:** as demandas administrativas nos EESS acontecem de forma constante, diretamente ligadas nas ações relacionadas na execução das tarefas do grupo econômico. O que compõe este planejamento? Este tem o papel de alocação e distribuição das ações de representação, funções no trabalho, divisão de tarefas, aquisição de materiais permanentes, local de endereço comercial e os registros comerciais. O processo de pensar o setor administrativo do empreendimento permite conduzir os trabalhos organizadamente e direcionado a todos os integrantes com grande nível de efetividade nos processos organizacionais.

**b) Planejamento participativo jurídico:** umas das fases mais importantes no processo de consolidação do empreendimento, consiste na decisão de como, quando e qual personalidade jurídica ter como representação comercial e social. Um grupo informal organizado para a comercialização ou prestação de serviço, consegue atingir meios de faturamento que possibilitem crescimento contínuo, entretanto, este grupo priva-se de atuar com maior representação

comercial e financeira, por não formalizar o empreendimento. Boa parte dos empreendimentos da economia solidária se formalizam como associações e cooperativas. Estas formalizações possibilitam a participação em editais governamentais, políticas públicas e no aumento de seu faturamento devido às condições de inserção e negociação no mercado. Logo, a atitude em se formalizar, necessita levar em consideração fatores como: números de trabalhadores, faturamento mensal, capacidade produtiva e de comercialização, taxa interna de retorno. Ter clareza inicialmente destes fatores, possibilita adequadamente estimar qual personalidade jurídica o empreendimento adotará inicialmente.

**c) Planejamento participativo financeiro:** esta função desenvolve as atividades de elaboração das informações financeiras promovidas pelo empreendimento. A capacidade organizativa em demonstrar com clareza a função fiscal e tributária do empreendimento. Assim, a organização financeira desenvolve a capacidade de formular o preço de venda, criação de fundo econômico, programação financeira e o registro das possíveis taxas, impostos e licenças. Atentar para possibilidades de captação externa de recursos via editais, programas e empréstimos de terceiros, são iniciativas de curto, médio e longo prazo para o desenvolvimento da capacidade de investimento e liquidez do empreendimento.

**d) Planejamento Participativo Logístico:** a ação nesta função do empreendimento deverá compreender o ciclo organizacional de todo fluxograma diário, semanal e mensal, pois, todas as atividades e conseqüentemente os responsáveis, terão que estabelecer bons níveis de execução. Compreende estabelecer relações no planejamento das atividades produtivas, armazenamento, deslocamento, beneficiamento e transporte dos produtos. Estabelecer referências de trabalho adequando a atividade com o perfil do associado e ou cooperado ajudará no estabelecimento de relação organizacional direcionada para ações coerentes para o desenrolar das ações.

**e) Planejamento Participativo Estratégico:** o planejamento estratégico do empreendimento instala a identidade organizativa do empreendimento, suas atividades, metas, objetivos, representação comercial e o motivo por qual estão prestando serviços ou comercializando produtos. Este processo compreende na criação do Marketing Societal do empreendimento. A criação da missão, visão e valores da instituição, qual público de atuação, qual nichos populacionais querem atingir, quais acessos comerciais querem implantar ou aumentar. Neste processo, compreendem-se as necessidades, os desejos, e as tendências de consumo. O empreendimento cria a sua identidade, levanta sua bandeira, colocando que a relação com o consumidor física ou jurídica acontecerá de forma mais próxima possível, garantindo a legitimação da parceria prosumidora.

A efetivação do trabalho de planejamento resultará em uma grande ferramenta estratégica de execução de tarefas, chamada de projeto de negócio. Ao finalizar o planejamento participativo das áreas centrais do empreendimento, os mesmos terão um guia norteador da gestão desse organismo. A relação de participação entre os trabalhadores, terá como ponto chave, a sua interação dos assuntos organizacionais do EESS e que conseqüentemente dialogando com segurança sobre a tomada de decisão e nas ações a se executar nas áreas descritas como vitais, sendo, fatores centrais na realidade do trabalho em grupo. O projeto de negócio em Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis, é uma ferramenta elaborada para visualizar a atividade econômica, com a visão do todo corpo organizativo, sinalizando para as atividades que compõe a ação atual e final deste organismo, sendo um mapa conceitual para uma gestão guiada e direcionada para o desenvolvimento de ações seguras e rentáveis.

#### **Questões:**

1. Qual a importância da Participação dos Sujeitos Sociais no Empreendimento?
2. Quem são os chamados Sujeitos Sociais?
3. Quais são as diferenças organizacionais entre uma empresa convencional e um EESS?
4. Como se faz para criar o projeto de negócio?

#### **Referências bibliográficas**

CASTRILLON JUNIOR, Douglas Alexandre de Campos. **Construção Participativa de Projeto Agroindustrial:** EESS Camponesas do Vale do Sol. Encontro Cacerense de Economia Solidária. Cáceres/MT, 19-22 Agosto, 2015, Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO, Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos Novos Tempos.** São Paulo: Editora Campus, 2010.

PAIM, Zilda Fátima da Silva; SILVA, Ronalda Barreto; XAVIER, Marlon. Design Participativo Sustentável: Cidadania e Promoção Social no Desenvolvimento de Tecnologia. In: ZART, Laudemir Luiz; VAILANT, Clovis (Org). **Incubação em Economia Solidária:** Empreendimentos em redes e resistência camponesa. Cáceres-MT: Editora Unemat, Série Sociedade Solidária. Vol.4 - 2014.

# PARÂMETROS DE LEGALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Maria José Dantas Souza  
Evelyn Oliveira Cardoso Santos  
Talia Maria da Silva

Devemos inicialmente compreender o cooperativismo solidário para realizarmos a compreensão das formas de legalização dos Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (EESS).

De acordo com Zart, 2013:

A cooperativa solidária é uma organização econômica e social que se reporta aos valores originários do cooperativismo, tem como centralidade o bem viver das pessoas, o desenvolvimento da comunidade, coletividade, a cooperação a solidariedade, a reciprocidade como valores fundantes das relações humanas.

A cooperação solidária partindo da conceituação do autor é uma forma de organização contra-hegemônica, que busca principalmente a autogestão e a não exploração do trabalho. É uma forma organizacional possível para a efetivação do trabalho associado. Apesar das contradições inerentes ao movimento cooperativista, o cooperativismo solidário é a expressão da inserção econômica mais complexa dos/as e dos/as trabalhadores/as nas relações de trabalho do mundo contemporâneo.

Neste sentido, em atenção ao processo de organização dos grupos sociais populares com o objetivo de constituírem empreendimentos econômicos solidários, surge a necessidade de repensar as formas de legalização desses empreendimentos que vem a ser um instrumento de viabilização para que estes grupos populares possam produzir e comercializar seus produtos e serviços na sociedade.

Atualmente existe em nosso ordenamento jurídico um conjunto de leis que regulam as organizações coletivas em associações e em cooperativas, são elas: Constituição Federal, Código Civil, Lei nº 5.764/71, Lei nº 9.790/99 e a Lei nº 12.690/12.

A Lei nº 9.790/99 regula as organizações sociais conceituadas como sendo pessoa jurídica de direito privado tendo por objetivo a realização de atividades culturais, sociais, religiosas, recreativas etc., sem fins lucrativos, ou seja, não visam lucros são dotadas de personalidade distinta de seus componentes, já a Lei nº 12.690/2012 regulamenta as cooperativas de trabalho que são, conforme a determinação legal, a sociedade constituída por no mínimo 07 trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho. As cooperativas de trabalho conforme o Art. 3 da lei 12.690/12 rege-se pelos princípios e valores: a adesão voluntária, gestão democrática, educação, formação e informação, não precarização do trabalho, autonomia e independência, interesse pela comunidade entre outras.

As Cooperativas de Trabalho, conforme a lei 12.690/2012 podem ser classificadas: de produção, quando os sócios contribuem com trabalho para a produção em comum de bens e a cooperativa detém, a qualquer título, os meios de produção; ou de serviço, quando constituída por sócios para a prestação de serviços especializados a terceiros, sem a presença dos pressupostos que configurem a relação de emprego.

As Cooperativas de Trabalho poderão adotar por objeto social qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, desde que previsto no seu Estatuto Social, e em sua denominação o uso da expressão “Cooperativa de Trabalho” na denominação social da cooperativa.

Destacamos em nosso estudo a Lei nº 5.764/71, que trata das sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados. Para sua constituição são necessárias no mínimo 20 pessoas físicas. Esta lei define a Política Nacional de Cooperativismo, que envolve a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público.

A adesão voluntária, a variabilidade do capital social, a neutralidade política, a singularidade de voto e indiscriminação religiosa, racial e social são algumas das características que diferem esse tipo de sociedades das demais existentes.

Conforme o Art. 10. da lei 5.764/71 as sociedades cooperativas se classificam de acordo com o objeto ou pela natureza das atividades desenvolvidas por elas ou por seus associados. Podendo, neste sentido, ser de responsabilidade limitada ou ilimitada, conforme a figura ao lado.

**LIMITADA**  
Quando a responsabilidade do associado pelos compromissos da sociedade se limitar ao valor do capital por ele subscrito.

**ILIMITADA**  
Quando a responsabilidade do associado pelos compromissos da sociedade for pessoal, solidária e não tiver limite.

Fonte: elaboração própria com base nas leis do associativismo e cooperativismo

A sociedade cooperativa constitui-se por deliberação da Assembleia Geral dos fundadores, esta deverá declarar o nome, nacionalidade, estado civil, profissão e residência dos associados eleitos, fundadores, e associados eleitos para o órgão de administração, fiscalização e outros, bem como, o valor e número da quota-parte de cada um. Conforme a legislação o valor unitário não poderá ser superior ao maior salário mínimo vigente no País.

O Art., 22 da lei 5.764/71 estabelece que as cooperativas devam por obrigatoriedade possuir os livros de matrícula, das Atas da Assembleia Gerais, Atas dos Órgãos de Administração, Atas do Conselho Fiscal, presença dos Associados nas Assembleias Gerais, fiscais e contábeis obrigatórios. Deverá também constituir Fundo de Reserva de, no mínimo 10%, das sobras líquidas do exercício destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

Após tais apontamentos, cabe-nos com atenção a legislação supramencionada, traçar uma espécie de roteiro de como é o processo de formalização das associações e cooperativas atualmente.

Roteiro de legalização exemplificado para o processo de formalização de associação/cooperativa:

ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA
Definição do grupo de interessados	Constituição, com eleição dos Dirigentes, Subscrição e integralização das cotas de capital pelos associados.
Definição dos objetivos concretos do grupo	Encaminhamento dos documentos para análise e registro na Junta Comercial.
Elaboração conjunto do Estatuto Social	CGC na Receita Federal.
Realização da Assembleia de Constituição, com eleição dos Dirigentes.	Inscrição na Receita Estadual e no INSS,
Registrar o Estatuto Social, os Livros obrigatórios e a Ata de Constituição (Lei 9.042/95 Nova redação do Artigo 121 da Lei 6015/73).	Alvará de Licença e Funcionamento na Prefeitura Municipal
CGC <sup>1</sup> na Receita Federal.	Registro na OCB <sup>2</sup> /MT ou entidade estadual a qual está localizado o empreendimento
Registros na Prefeitura, INSS e Ministério do Trabalho.	Outros registros para cada atividade econômica
Elaboração do primeiro plano de trabalho.	Abertura de conta bancária.
Definição do grupo de interessados e definição dos objetivos concretos do grupo	Constituição, com eleição dos Dirigentes. - Subscrição e integralização das cotas de capital pelos associados.

Fonte: elaboração própria com base nas leis do associativismo e cooperativismo.

De acordo com o Art. 174, §2º CF e o Art. 109 da lei 5.764/71 a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo, mediante concessão de financiamentos necessários ao seu desenvolvimento. Neste sentido, para que haja o adequado tratamento jurídico, as cooperativas terão um tratamento diferenciado ao das empresas comerciais, pelo fato de existirem com o intuito de prestar serviços a seus associados, de tal forma que possibilite o exercício de uma atividade comum econômica, com finalidade lucrativa, o recolhimento IR e CSSL (exceto cooperativas de consumo) são exemplos de tributos aos quais as cooperativas estão isentas.

Em alguns estados, porventura, haverá algumas dificuldades quanto à legalização perante aos órgãos competentes. É relevante a compreensão da natureza dos processos para que assim, o empreendimento, possa identificar qual dos modelos será mais adequado ao tipo de ação que o empreendimento realiza, o tipo de vínculo e o resultado que os associados recebem de suas organizações, assim como, o caminho a ser seguido na legalização do empreendimento.

#### Questões:

1. Que características o empreendimento necessita para se enquadrar como uma cooperativa?
2. Quais são os procedimentos legais para constituição de associação e cooperativa?
3. Quais são as particularidades que diferem as cooperativas das demais empresas comerciais?
4. Quanto às sociedades cooperativas, como são classificadas e quais elementos contribuem para essa classificação?

#### Referencial Bibliográfico

- ZART, Laudemir Luiz. **Socioeconomia Solidária**. Cáceres: Editora UNEMAT (Caderno Pedagógico, vol.2), 2013.
- BRASIL. Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Disponível em: <http://www.senado.gov.br>. Acesso em: 03 de nov. 2015
- BRASIL. Lei n.º 12690, de 19 de julho de 2012. Disponível em: > Acesso em: 18 de dez. 2015.

# **ESTUDO DE MERCADO, LOGÍSTICA E MARKETING SOCIETAL EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E SUSTENTÁVES**

**Douglas Alexandre de Campos Castrillon Junior  
Hemily Lohainy de Souza Correia  
Janbor Alencar Borges**

Os Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (EESS) para analisarem os contextos econômicos de produção e comercial, realizam estudos que os possibilitam entender quais serão as oportunidades ou desafios de inserção de determinado produto ou prestação de serviço e também a evidenciação de possíveis nichos de mercado, fornecedores, concorrentes diretos e indiretos para terem a clareza do desenho mercadológico. A ferramenta ou o meio utilizado para este estudo é chamado de pesquisa de mercado.

A função da pesquisa de mercado consiste na captação de informações que possam tornar nítido evidências e esclarecimentos do desenho mercadológico no qual o empreendimento está envolvido e os possíveis enquadramentos e articulações em outros ramos de atividades, regiões e públicos consumidores.

O desenho mercadológico consiste na soma dos fatores que os EESS identificam como essenciais para o desenvolvimento de suas atividades. Na compreensão do mercado solidário devem ser considerados os associados dos empreendimentos, os consumidores, a qualidade dos produtos e serviços, os fornecedores e a presença de concorrentes. Amplia-se a atenção dada para reconhecimento e clareza das atividades financeiras, que possibilitam a figuração, a solidificação e o enraizamento do trabalho disponibilizado no mercado consumidor. Ao realizar pesquisa no mercado, o EESS potencializará seus meios de realizar a gestão, melhorando e otimizando o trabalho, garantindo aperfeiçoamento de técnicas, trocas de saberes, implantação de ferramentas de gestão participativa, garantindo melhores situações de trabalho aos associados e também maior qualidade aos produtos ou prestação de serviços para ampliar as condições de bem viver aos agentes da economia solidária.

As questões essenciais do estudo via a pesquisa de mercado concentram-se para chegar às informações que garantam compreender questões-chaves do negócio. Ao iniciar uma pesquisa os empreendimentos irão realizar um estudo de viabilidade de implantação quando ainda não há acesso ao consumidor. Entretanto, os empreendimentos que estão realizando processos comerciais farão a pesquisa de mercado para responder a questões que condicionem a expansão comercial, expansão geográfica, expansão publicitária ou mesmo inserir em novos segmentos de mercado a fim de melhorar as atividades realizadas proporcionando condições favoráveis no ambiente organizacional de trabalho.

Os referenciais que orientam o planejamento do desenho mercadológico são as bases dos conhecimentos do setor estratégico, mais precisamente no setor de marketing societal. Este setor faz a criação estratégica e comumente utiliza para a execução das ações planejadas, a ferramenta de publicidade e no Ponto de Venda (PDV), bem como, nos ambientes externos. Na economia solidária é importante salientar que os mercados a serem construídos são os que eliminam as relações de exploração do trabalho. Articulam-se assim as relações de consumo solidário, ampliando as estruturas e ações locais para redes de colaboração solidária transterritoriais e intersetoriais.

O conceito de Marketing conforme Glambe (2007) ajuda-nos a compreender que o marketing tradicional estabelece relação com as necessidades e desejos do consumidor. O marketing societal tem em sua essência as relações de necessidades e desejos, entretanto, também é constituído pela relação com o ambiente e a sociedade, criando a cultura de prossumidores, ou do reconhecimento entre os produtores e os consumidores. A estratégia de estabelecer consumo de determinado produto irá depender da tecnologia empregada na produção e ou prestação de serviços, pois ao atingir o campo de consumo, o marketing societal dos empreendimentos econômicos solidários fomentará o consumo solidário e ou a relação de prossumidores na perspectiva de organizar uma sociedade solidária.

Atentando para a estratégia implantada na pesquisa, o marketing societal fomenta a definição de uma ou mais problemáticas: produção associada, agroecológica, relações de gênero igualitárias, direitos humanos. Sendo o objetivo central da pesquisa mercadológica para que os empreendimentos possam criar referenciais de conceituação e interpretação, com o intuito de um bom desenvolvimento do plano de pesquisa. Ao captar as informações, o processo de sistematização e tratamento das informações compreenderá o círculo inicial de procedimentos a campo, havendo o fator de gerenciamento da informação para a tomada de decisão, que coletivamente ajudará a esclarecer os pontos a serem desenvolvidos no desenho mercadológico.

Ter a compreensão que o estudo do consumo, grupos de consumidores e o território a se trabalhar para o desenvolvimento da viabilidade, são desenvolvidos a partir de um estudo pré ou pós abertura do empreendimento onde o fator de escoamento se faz necessário. Para a efetivação de um planejamento adequado é necessário a internalização dos dados que irão compor o núcleo de informações que correspondem a base de elaboração de margem de sobras e consequentemente o valor do produto e ou valor da prestação de serviço. A pesquisa, assim conduzida, possibilita



distinguir o grupo organizado e com a visão do todo organizacional das relações internas ao empreendimento e das demais organizações e relações mercantis, tanto as do mercado do capital quanto as da economia solidária.

Este estudo compreende o setor de logística. Os autores Martins e Gasparin (2005) trabalham com o conceito de logística solidária, que nos ajuda a compreender o trabalho dos empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis no desenvolvimento de fornecimento e distribuição de matéria-prima e produtos *in natura* e/ou beneficiados. Estes autores orientam quanto a sistematização de informações referentes ao trabalho em rede, compreendendo os processos de produção, beneficiamento e comercialização dos empreendimentos de economia solidária. Nesta, ainda, grande parte da produção é distribuída em centros populares de economia solidária no Brasil, por mercados institucionais e por relações da comercialização solidária.

Ao aplicarmos a logística no âmbito da agricultura familiar, por exemplo, compreendemos quando é usada como meio de apoio à solução de problemas. Serve de base estratégica dos produtores em vista a perecibilidade dos produtos agrícolas. Confere-se aos custos da logística importância de propiciar fomentação de coerentes precificação e sustentabilidade, criando formas de chegar ao preço ideal ou preço justo. Portanto, a racionalidade das atividades logísticas é um dos principais focos em que se deve investir para diminuição dos custos nas atividades dos EESS, possibilitando sustentabilidade entre a produção, sociedade e meio ambiente. Como expõem os autores Caixeta-Filho e Martins (2001) em qualquer atividade que envolva fluxos físicos e de informação, há o envolvimento da logística como atividade na cadeia de valor. Ajudando a compreender numa definição ampliada, pode-se dizer que a logística é o método para alocar o produto adequado, na hora certa, na quantidade exata, no lugar correto, ao menor custo possível.

Promover a ação estratégica do marketing societal em criação de meios que garantam a satisfação dos seus consumidores, sugere possibilidades de consumo de praças de consumo, oportuniza a disponibilidade de criação de plano estratégico de distribuição, contempla áreas de possíveis abrangências comerciais utilizando a logística. Fundamentando a viabilidade econômica, os aspectos funcionais de embalagem, encaixotamento, armazenamento, locomoção para atender as questões legais de produção, beneficiamento, transporte e comercialização fomentará a melhores condições de crescimento e tomadas de decisões fundamentas relações situacionais do desenvolvimento mercadológico.

### Questões

1. Qual a diferença entre marketing e marketing societal?
2. Como podemos realizar um desenho mercadológico para a viabilidade dos EESS?
3. Qual a importância da logística para o empreendimento econômico solidário?

### Referências Bibliográficas

- CAIXETA-FILHO, J. V.; MARTINS, R. S. (Orgs.). **Gestão Logística do Transporte de Cargas**. São Paulo: Atlas, 2001.  
GLAMBE, Paul R. **A Revolução do Marketing**. Trad. Maiza Prande Bernardello. São Paulo: Futura, 2007.  
MARTINS, Juliano Rodrigues; GASPARIN, Leandro Martins. **Logística Solidária**. São Paulo: Sorteccei, 2005.

*“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar” (Paulo Freire).*

# PROCESSOS DE ELABORAÇÃO DE PREÇO E TÉCNICAS DE VENDAS

Janbor Alencar Borges  
Lizandra Ozeia de Oliveira  
Evelyn Oliveira Cardoso Santos  
Thiago Wanderson Santana Zorzan

O uso dos processos e técnicas contábeis é adaptado conforme o ambiente e os objetivos do empreendimento. Este texto visa proporcionar entendimentos básicos para realização e concretização dos procedimentos contábeis. Iniciamos com base teórica, contemplando, neste sentido, a contabilidade de custos, seguindo com a técnica de formação e elaboração de preço e finalizando com a metodologia de técnicas de vendas aplicada nos empreendimentos econômicos solidários incubados pelo Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO.

## 1) Contabilidade de Custos: Conceitos iniciais

A contabilidade de custos é o ramo da contabilidade destinada a gerar informações relevantes quanto ao processo de produção, isto é, na mensuração dos gastos e renda da entidade e influência de modo direto o ciclo de planejamento institucional. Utilizamos como base teórica os conceitos de RIBEIRO (2010), MARTINS (2010).

**a) Gasto:** é definido por Martins (2010) pode ser entendido como um sacrifício financeiro que o empreendimento desembolsa para a obtenção de um produto ou serviço qualquer, sacrifício esse, representado por entrega ou promessa de entrega do bem ou direito adquirido. Conceito extremamente amplo e que se aplica a todos os bens e serviços adquiridos, ou seja, no conceito de gastos estão inseridos os investimentos, custos e despesas.

Abaixo trabalharemos ainda segundo MARTINS (2010) os demais conceitos que fornecerão o melhor entendimento no processo de produção.

**b) Investimento:** é um gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuros períodos, ou seja, quando é feito o sacrifício financeiro **para adquirir insumos** (Ex. Matéria prima) para a produção de salgados, bolos, doces, queijos ou qualquer produto e equipamento que o empreendimento necessite para manter a sua produção.

**c) Custos:** gasto relativo à bem ou serviço utilizado para produzir outros bens ou serviços. É o custo, que entra no processo de produção, para a fabricação de um produto ou execução de um serviço. Podemos citar como exemplo a energia elétrica utilizada para a produção, pois esse gasto entra como custo, já que, foi relativo à produção de outros bens e serviços. Podemos destacar também a compra de algum material necessário para dar continuidade à produção, como: ferramentas de trabalho, insumos e outros.

**d) Despesas:** bem ou serviço consumidos direta ou indiretamente para a obtenção de recursos (dinheiro ou equivalente). A comissão do vendedor, por exemplo, é uma despesa. O exemplo seria a sacola plástica para a venda.

A partir do estudo acima, é possível identificar no processo de produção qual saída de recurso é um investimento, um custo, uma despesa ou uma perda. É necessário que reconheça nas etapas de produção e analise formas de reduzir os custos sem que prejudique a qualidade do produto. Abaixo, a figura número 01 facilita o entendimento a respeito do que foi falado acima.

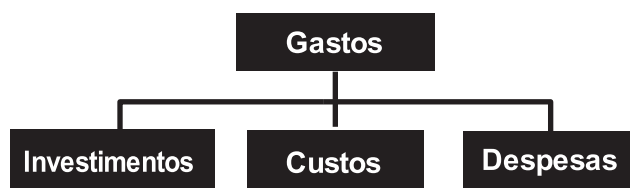


Figura 1- Representação gráfica simplificada da divisão de gastos perante a Contabilidade de Custos

## 1.2 Contextualizando:

Na prática, se determinado empreendimento adquire um maquinário este é reconhecido como investimento, quando o utiliza para dar continuidade na produção, seus desgastes, combustível, manutenção entre outros é reconhecido em seguida como um custo, em conformidade com o argumento anterior, gasto que entra no processo de produção. Se o empreendimento compra insumos para dar sequência a plantação (exemplo) este gasto também é reconhecido como um custo.

É no momento da venda que as despesas começam a surgir. O pagamento de um salário ou comissão, ou até mesmo uma energia elétrica que não esteja ligado ao processo de produção, mas sim a outros departamentos do empreendimento este também é uma despesa.

### Exemplo de custo de produção

Supomos que para produzir 100 pacotes bananas chips sejam necessários os seguintes gastos:

Banana.....	R\$ 55,00
Óleo.....	R\$ 10,00
Sal.....	R\$ 5,00
Embalagens.....	R\$ 30,00

**Custo total.....R\$ 100,00**

**Custo unitário.....R\$ 1,00**

Ø De acordo com o exemplo, o custo do produto expressa à soma dos gastos relacionados à produção. No caso da banana chips o custo representou R\$ 100,00 para o total de 100 pacotes, logo o custo unitário deste produto foi de R\$ 1,00.

## 2. Formação de Preço

De acordo com Crepaldi (2009), são várias as estratégias de compor o preço e isso irá variar de acordo com os custos da entidade, seu objetivo e o cliente que a mesma deseja alcançar. Tais estratégias são importantes no desenvolvimento socioeconômico do empreendimento. A apropriação dos conceitos e terminologias de gastos (despesas, custos e investimentos) mencionados anteriormente é preponderante para a compreensão desta subdivisão do texto. É necessário domínio básico da teoria aplicada de forma prática, de acordo com a realidade do processo socioprodutivo dos empreendimentos. Formação de preço é a expressão de valor de troca que se oferece por alguma coisa que satisfaça uma necessidade ou desejo. Neste sentido, a fixação do preço de venda pode ser definida com base nos custos, sob a influência do mercado ou na combinação de ambos (MARTINS, 2003).

Segundo Ribeiro (2010) referente ao custo agrega-se uma margem, denominada de acordo com Cogan (2002) taxa de marcação – *mark-up*, que é um índice para ser aplicado sobre o custo de um bem ou serviço para a formação do preço de venda. Neste índice, podem ser inseridos para cálculo todos os fatores que se deseja cobrar no preço de venda, ou seja, isso significa que irá depender da escolha da empresa para colocar no índice os fatores que queira recuperar ou ganhar como tributos, comissões e as sobras.

Para aplicação dessa estratégia, é necessário pensar também em um método. Para se realizar isso, é preciso que seja aberto e feito de forma simples para que todos os empreendimentos possam utilizá-los. Como demonstração contemplamos a forma técnica indicada por Wernek (2005) adaptando-a ao empreendimento econômico solidário e ao valor justo.

Suponhamos uma situação bastante simples que apresente os seguintes dados:

Custo unitário = R\$ 1,00

ü Despesas Gerais e Administrativas (DGA) = 15% da receita bruta (\*).

ü Margem de Sobras Desejadas (MSD) = 30% sobre a receita bruta. No caso de empreendimentos de economia solidária a linguagem e a prática social estarão relacionadas à margem de sobras que os associados desejam para a composição da renda.

(\*) Trata-se de despesas operacionais fixas; o percentual é uma estimativa.

O Mark-up seria, então, calculado da seguinte forma:

DGA = 15%

MSD = 30%

**TOTAL = 45% sobre o preço de venda**

$$\text{Taxa do Mark-up} = \frac{100 - \% \text{ PV}}{100} \quad \longrightarrow \quad \text{Mark-up} = \frac{100 - 45}{100} = 55\%$$

$$\text{PV} = \frac{\text{Custo unitário}}{\text{Mark-up}} \quad \longrightarrow \quad \text{PV} = \frac{\$ 1,00}{55\%} = \text{R\$ 1,82}$$

De acordo com Oliveira, Araújo e Santos (2008) o preço justo é estabelecido quando o valor é “mutuamente acertado entre os produtores e compradores, que implique em uma renda capaz de assegurar as condições de vida dos produtores e cubra o custo da produção sustentável”.

Neste sentido, levando em consideração o preço justo, o valor de venda unitário do pacote de banana chips será de R\$ 1,82. É possível observar que é possível cobrir o custo da produção e ao mesmo tempo assegurar sustentavelmente o bem viver do produtor.

Vale ressaltar que o percentual poderá ser diferenciado conforme o tipo de empreendimento, sua localização e tipo de produção.

### 3. Técnicas de Vendas:

A abordagem da técnica de vendas em Empreendimentos Econômicos Solidários deve ser abordada diferenciadamente, haja vista que, essa é muito utilizada no ambiente capitalista. Vem-nos o desafio de trabalhar esta técnica com os empreendimentos, de forma que não instiguemos a concorrência e de fato o capitalismo.

Para iniciarmos um debate/reflexão sobre as “Técnicas de Vendas” é preciso inicialmente que o empreendimento reconheça o produto que está produzindo, para quem será direcionada a produção, de que forma será comercializado. É perceptível que essa técnica não engloba unicamente o momento da venda, mas sim todo o processo no qual foi realizada a produção.

Realizada essa explanação, partimos para o seguinte questionamento: qual o perfil do consumidor? Como divulgar o produto para este consumidor?

Observar a realidade na qual dois sujeitos estão inseridos é um dos primeiros passos a serem realizados. Conhecer o perfil do consumidor é essencial para que os empreendimentos econômicos solidários possam criar estratégias eficazes de vendas.

Ao trabalhar esta técnica com os empreendimentos, apresentamos aos mesmos um caminho diferente do convencional a ser seguido, após responder as questões acima.

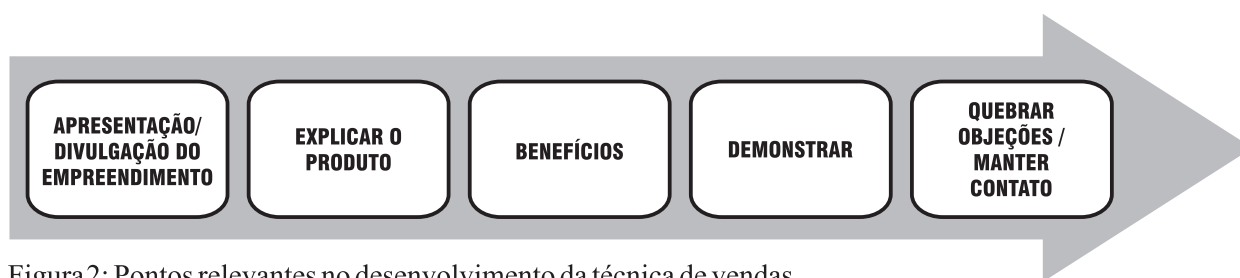


Figura2: Pontos relevantes no desenvolvimento da técnica de vendas

Na apresentação individual ou coletiva, o produtor identifica a si mesmo e o empreendimento do qual faz parte. É importante o produtor salientar os aspectos que realcem a imagem do empreendimento e o trabalho realizado por ela, como por exemplo: o trabalho associado; produção orgânica e agroecológica; produção da agricultura familiar; qualidade dos produtos e serviços; preocupação em atender às solicitações dos consumidores e o atendimento personalizado.

Ao explicar o produto é relevante fazer com que o consumidor entenda que o produto é de importância para ele. Neste sentido, é necessário o produtor ter a percepção do espaço que o produto ocupa na mente do consumidor, e que o produtor acima de tudo se sinta seguro do produto que está oferecendo. Caso o consumidor dê abertura é relevante expor o processo realizado da “produção a mesa do consumidor”.

No processo da incubação solidária, deixamos claro aos sujeitos dos empreendimentos que ao oferecer um produto, o mesmo deve elencar todos os benefícios ligados a ele. Porém, em certos momentos o produtor estará apresentando os benefícios ao seu consumidor ele pode pensar inconscientemente “e daí?”. Nesta relação o dever do produtor será de reverter a situação. Logo que o produtor apresentar os benefícios do produto, utilizará os termos: “isso significa que”, “isso serve para” ou “isso quer dizer que”, a fim de fazer uma ligação lógica entre o benefício e à realidade do consumidor. Exemplos de benefícios: segurança alimentar (sem agrotóxico); auxilia no desenvolvimento local de sua região/cidade; produtos economicamente mais acessíveis (pois eliminam a relação produtor-atravesador-consumidor).

Na etapa de demonstração, o produtor apresentará uma série de informações relevantes ao consumidor, tais como, as características essenciais do produto e seus atributos (estrutura, sabor).

Sabendo que o sistema capitalista influencia boa parte da sociedade, haverá muitos consumidores que terão objeções em relação aos produtos da economia solidária. Quando o consumidor faz uma restrição à compra de determinado produto ele demonstra o porquê não quer comprar, mostrando os motivos que o produtor poderá explicar. A melhor técnica de venda é ouvir atentamente o consumidor, dar atenção, e informá-lo educadamente sobre suas dúvidas.

Após isso, voltemos para a etapa dos benefícios e foquemos no item em que acredita ser a mais conveniente para ele. Mostre o porquê ele deve comprar o produto ou serviço. Nessa etapa, é relevante apresentar ao consumidor atestados de capacitação (se houver); depoimentos de atuais consumidores, oferecer amostra do trabalho realizado, para que dessa forma o mesmo possa conhecer, e sentir inclusive provocado a conhecer um pouco mais do empreendimento.

Lembrando que, trabalhar o relacionamento dentro do empreendimento e com os consumidores acarretará harmonia e conhecimento para as pessoas que vivenciam as relações econômicas solidárias. Já que o atendimento diferenciado é uma das características do próprio empreendimento econômico solidário.

### Questões:

1. Se um determinado empreendimento tem um gasto com a conta de água usada para molhar a plantação e posteriormente paga pelo transporte dos produtos acabados até o ponto de comércio e em seguida melhora o sistema de irrigação, como reconheceria respectivamente esses gastos?
2. Como se dá o processo para aplicação das técnicas de vendas?
3. Como pode ser fixado o preço de venda do produto?

### Referências Bibliográficas

- COGAN, Samuel. **Custos e preços: formação e análise**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de Contabilidade de Custos**. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Atlas, 2003.
- OLIVEIRA, Renato Ferreira de. ARAÚJO, Uajará Pessoa. SANTOS, Antônio Carlos dos. Efeito do fair trade na cooperativa de agricultores familiares de café de poço fundo, mg. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 10, n. 2, p. 211-225, Lavras, 2008.
- RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil**. São Paulo: Saraiva, 2010.
- SILVA, Edson Cordeiro. **Como Administrar o Fluxo de Caixa das Empresas**. Guia prático e objetivo de apoio aos executivos. São Paulo: Atlas, 2006.
- UFMS. Incubadora Social. **Comportamento do Consumidor e Mídia**. Santa Maria: RS: 2013.
- WEENECK, P. **Comércio Exterior e Despacho Aduaneiro**. Porto Alegre: Bookmark, 2001.

*“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre” (Paulo Freire).*

*“Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (Paulo Freire).*

# INCUBAÇÃO SOLIDÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS: DIMENSÕES DE VIABILIDADE

Laudemir Luiz Zart

A incubação solidária tem como finalidade a organização, o desenvolvimento e o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis. Por se constituir num processo educacional e cultural da convivência social solidária há um conjunto complexo de fenômenos que necessitam serem incorporados, realizados e analisados para a viabilidade, isto é, para a concretização das organizações da economia solidária.

Denominamos de dimensões no sentido de expressar que em cada conjunto há diversas exigências e proposições que devem ser avaliados. Nas relações internas de cada dimensão há as interdependências e as retroalimentações entre as partes. Além da complexidade nas dimensões ocorrem os processos de influências entre as dimensões. Neste sentido é compreensível que a dimensão sócio-política tem relação com a economia, estas com a ecologia, que traduzem práticas em relação à cultura, aos conhecimentos científicos e tecnológicos. Todas estas dimensões se constituem num determinado território, num espaço social, onde grupos sociais, organizam e configuram a existência conforme as condições materiais de existência.

Para maior compreensão apresentamos sete dimensões de viabilidade.

## 1. Viabilidade Sócio-política

Constitui-se na capacidade de compreensão da diversidade cultural que formam os contextos dos grupos sociais. É um processo de imersão, que busca nas atitudes, percepções e ações dos sujeitos sociais os significados que são construídos para o estabelecimento de determinadas relações sociais e a confirmação ou contestação de estruturas sociais. O contexto sócio-político é a verificação da participação ou absentismo político, a problemática relativa à democracia e ao exercício da cidadania. É o ensejo da construção da justiça social e ambiental para promover o bem viver, as redes de colaboração e de solidariedade. É a configuração de atividades ideológicas que promovam a mobilização e a organização social. A dimensão sócio-política é o desafio de construção de espaços e tempos de efetiva presença de homens e mulheres no processo decisório para o estabelecimento de ações e práticas sociais que promovam o desenvolvimento sustentável e democrático.

## 2. Viabilidade Econômica

Configura a capacidade produtiva e distributiva dos bens materiais necessários para o desenvolvimento integral do ser humano, da sociedade e da natureza. É um processo de capacitação para a gestão coletiva dos meios de produção, do planejamento, das decisões, das avaliações, da distribuição. A dimensão econômica aqui apresentada visa a afirmação do trabalho como prática ética central nas relações de produção e de distribuição dos bens materiais necessários para o bem viver.

## 3. Viabilidade Ecológica

Visa apreender a complexidade presente nos ambientes naturais e culturais. Além de considerar os recursos naturais de determinado território, tem como finalidade a ação antrópica e seus impactos nos ecossistemas nos quais são construídas as sociedades humanas. Tem como orientação a educação ambiental num sentido de reaprendizagem da relação cultura/natureza. A dimensão ecológica objetiva a dinâmica homeostática, portanto, metodologias de desenvolvimento que implicam na conservação dos ambientes, dos recursos naturais e das diversidades culturais.

## 4. Viabilidade Cultural

Tem como desafio e objetivo a leitura, a compreensão e a incorporação dos saberes dos grupos sociais que se manifestam de diversas formas: na arte, na linguagem, na dança, no falar, no cultivar a terra, na religiosidade. Os saberes próprios dos grupos sociais são o alicerce para a iniciação de aprendizagens que tenham congruência com a perspectiva de uma sociedade solidária e sustentável. A dimensão cultural objetiva gerar e promover ações sociais significativas nos grupos sociais.

## 5. Viabilidade Espacial

Analisa a territorialidade dos assentamentos humanos, a relação que os grupos sociais estabelecem com o espaço no qual vivem. Tem como finalidade verificar as paisagens que são construídas pelos agentes sociais tanto em

relação ao meio natural quanto ao cultural, ao econômico, ao político. A territorialidade busca compreender a identidade e a simbologia que se afirma e se refaz em espaços determinados. Incorpora as diferenças culturais e as desigualdades sociais que configuram as formações sociais. Além de esclarecer os grupos de poder que traduzem a existência humana no espaço social, a concepção de território para a economia solidária busca compreender e construir redes de solidariedade que potencializam as condições materiais, naturais e culturais existentes no território.

#### **6. Viabilidade Pedagógico-Epistemológica**

Constitui-se em relações sociais de aprendizagem de saberes necessários para a construção continuada de uma sociedade solidária e sustentável. Objetiva a interpretação de saberes existentes e o desenvolvimento de conhecimentos que estejam relacionados com os princípios e os pressupostos das proposições da sociedade solidária e sustentável. É um perguntar problematizador dos conhecimentos visando estabelecer as relações entre o mundo vivido e o pensar-fazer do vivido.

#### **7. Viabilidade Científico-Tecnológica**

Tem como fundamento integrar os saberes populares e acadêmicos, o desenvolvimento de conhecimentos e de tecnologias em cada ecoregião. Configura-se num processo contínuo de testagem e aprendizagem de técnicas e de tecnologias sociais. A ciência e tecnologia compreendidas como uma construção social, que respondem às demandas do desenvolvimento sustentável e solidário.

## ***SOBRE OS AUTORES***

**Clovis Vailant:** graduação e mestrado em Geografia pela UFMT. Bolsista de Extensão A do CNPq. E-mail: [vailantc@hotmail.com](mailto:vailantc@hotmail.com)

**Cristiane Ribeiro Gonçalves:** graduada em Geografia com especialização em Políticas Públicas e Controle Social do Estado pela UNEMAT. Bolsista de Extensão C CNPq. E-mail: [adelsonecris@hotmail.com](mailto:adelsonecris@hotmail.com)

**Dilma Lourença da Costa:** graduação e mestrado em Geografia pela UFMT. Professora do Departamento de Geografia da UNEMAT. E-mail: [costad@unemat.br](mailto:costad@unemat.br)

**Douglas Alexandre de Campos Castrillon Junior:** graduado em Administração pela Faculdade do Pantanal e pós-graduando em Economia Solidária e Políticas Públicas pela UNEMAT. Bolsista de Extensão C CNPq. E-mail: [douglas\\_castrillon@hotmail.com](mailto:douglas_castrillon@hotmail.com)

**Eliane dos Santos Martinez Paezano:** graduada em Geografia e Pedagogia e pós-graduando em Economia Solidária e Políticas Públicas pela UNEMAT. Bolsista de Extensão C CNPq. E-mail: [elianesmpaezano@gmail.com](mailto:elianesmpaezano@gmail.com)

**Evelyn Oliveira Cardoso Santos:** estudante de graduação em Ciências Contábeis da UNEMAT. Bolsista de Extensão CNPq. E-mail: [evelyn\\_cardosoo@hotmail.com](mailto:evelyn_cardosoo@hotmail.com)

**Hemily Lohainy de Souza Correia:** estudante de graduação em Ciências Contábeis da UNEMAT. Bolsista de Pesquisa da FAPEMAT. E-mail: [emilycorreia2323@gmail.com](mailto:emilycorreia2323@gmail.com)

**Janbor Alencar Borges:** estudante de graduação em Ciências Contábeis da UNEMAT. Bolsista de Pesquisa da FAPEMAT. E-mail: [janbor\\_alencar@hotmail.com](mailto:janbor_alencar@hotmail.com)

**Jucilene de Oliveira Martins:** graduada em Pedagogia e pós-graduando em Economia Solidária e Políticas Públicas pela UNEMAT. Bolsista de Extensão A CNPq. E-mail: [juci-oliveira2010@hotmail.com](mailto:juci-oliveira2010@hotmail.com)

**Laudemir Luiz Zart:** graduado em Filosofia, mestrado em Sociologia Política pela UFSC e doutorado em Política Científica e Tecnológica pela UNUCAMP. Professor de Sociologia da UNEMAT – Campus Universitário Jane Vanini de Cáceres. E-mail: [laudemirzart13@yahoo.com.br](mailto:laudemirzart13@yahoo.com.br)

**Leila Aparecida Bispo da Cunha Santos:** estudante de graduação em Matemática da UNEMAT. Bolsista de Pesquisa da FAPEMAT. E-mail: [casalcunha@outlook.com](mailto:casalcunha@outlook.com)

**Lizandra Ozeia de Oliveira:** estudante de graduação em Ciências Contábeis da UNEMAT. Bolsista de Extensão da UNEMAT. E-mail: [lizandraozeia@gmail.com](mailto:lizandraozeia@gmail.com)

**Loriége Pessoa Bitencourt:** graduada em Matemática, mestrado em Educação pela UFMT e doutorado em Educação pela UFRGS. Professora do Departamento de Matemática e do mestrado de Educação da UNEMAT. E-mail: [lori.pessoa@hotmail.com](mailto:lori.pessoa@hotmail.com)

**Luan Benedito Oliveira da Silva:** estudante de graduação em Matemática da UNEMAT. Bolsista de Extensão CNPq. E-mail: [luanbene\\_17@hotmail.com](mailto:luanbene_17@hotmail.com)

**Luan Felipe Bitencourt Zart:** estudante de graduação em Ciências Contábeis da UNEMAT. Bolsista Voluntário no Núcleo Unemat-Unitrabalho. E-mail: [luan-zart@hotmail.com](mailto:luan-zart@hotmail.com)

**Lucas Blendo de Souza Gomes:** estudante de graduação em Ciências da Computação da UNEMAT. Bolsista de Extensão CNPq. E-mail: [lucasblendo@gmail.com](mailto:lucasblendo@gmail.com)

**Marcia Aparecida de Barros da Cruz:** graduada em pedagogia, pós-graduando em Economia Solidária e Políticas Públicas e mestranda em Educação pela UNEMAT. Bolsista de Extensão CNPq. E-mail: [marciasantoscruz@hotmail.com](mailto:marciasantoscruz@hotmail.com)

**Maria José Dantas Souza:** graduada em Direito e pós-graduando em Economia Solidária e Políticas Públicas pela UNEMAT. E-mail: [deysdantas@hotmail.com](mailto:deysdantas@hotmail.com)



**Maria Vanise Barbosa:** estudante de graduação em pedagogia da UNEMAT. Bolsista de Pesquisa da FAPEMAT. E-mail: [nisebarb@hotmail.com](mailto:nisebarb@hotmail.com)

**Mateus Casemiro da Silva:** estudante de graduação em Ciências da Computação da UNEMAT. Bolsista de Extensão CNPq. E-mail: [mateuscasemiro19@gmail.com](mailto:mateuscasemiro19@gmail.com)

**Rosiléia Aparecida Coelho:** estudante de graduação em Ciências Contábeis da UNEMAT. Bolsista de Extensão CNPq. E-mail: [leia.coelho13@gmail.com](mailto:leia.coelho13@gmail.com)

**Vera Lúcia Alves da Silva:** estudante de graduação em Matemática da UNEMAT. Bolsista de Pesquisa da FAPEMAT. E-mail: [vlasl.76@outlook.com](mailto:vlasl.76@outlook.com)

**Talia Maria da Silva:** estudante de graduação em Direito da UNEMAT. Bolsista de Extensão CNPq. E-mail: [taliamarca97@hotmail.com](mailto:taliamarca97@hotmail.com)

**Thiago Wanderson Santana Zorzan:** estudante de graduação em Ciências Contábeis da UNEMAT. Bolsista de Extensão CNPq. E-mail: [thiago\\_wzs@hotmail.com](mailto:thiago_wzs@hotmail.com)

## Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO

O Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO busca através da articulação de pesquisadores/as, técnicos/as e estudantes o desenvolvimento de atividades científicas pertinentes e interdisciplinares de pesquisa, ensino e extensão, com a parceria de entidades e agentes sociais, que tenham como fundamento a produção social do conhecimento. De forma que sejam implementadas e analisadas as metodologias e processos inovadores, de autogestão, formação e conseqüentemente estruturação e consolidação dos empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis baseando-se nos princípios da Economia Solidária

*Economia Solidária, uma economia que acontece!*

---

### REALIZAÇÃO



---

### APOIO



Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**SECIS**

Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social



**MCTI** Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação



**SENAES**  
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial



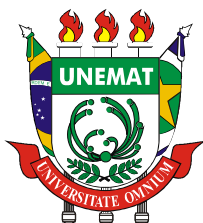
**MTPS**



GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PÁTRIA EDUCADORA

---

### PARCEIROS



**EDITORA**  
UNEMAT